

SAFRA VERÃO
PERDAS PREOCUPAM
AGRICULTORES

ACIM

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ

ABRIL/92

Nº 320

ANO 29

PORTE PAGO
DR/PR
ISR - 4B - 0708/88

050
R454
N-320-ano-29-1992



POSSE DA DIRETORIA

MASSAO É O NOVO PRESIDENTE

ACIM

Clas. 050

R. 454

Reg. 0258

Data 22-04-05

Proced. _____

NF

R\$ _____ Data _____



DEPÓSITO BR-369

A CASA DA SUA CONSTRUÇÃO

MATRIZ

RUA ESTADOS UNIDOS, 645 - CX. P. 1.286
FONE: (0442) 28-6655 - TELEX: 442-009
CEP: 87.040 - MARINGÁ - PARANÁ

FILIAL

RODOVIA BR-158, Nº 4.100
FONE: (0448) 23-4554 - TELEX: 442-009
CEP: 87.300 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ

**ESTÁ NA HORA
DE VOCÊ VOTAR
EM MARINGÁ**

SE VOCÊ AINDA
NÃO VOTA EM
MARINGÁ, ESTÁ NA
HORA DE VOTAR.
FAÇA SEU TÍTULO
DE ELEITOR NA
ZONA ELEITORAL
DO FÓRUM DE
MARINGÁ.

**Eleja sua cidade
Vote em Maringá**

APOIO:

REVISTA
ACIM

Tudo em vidros
para construção e engenharia.
O melhor em box
para residências.

- VIDROS CRISTAIS
TEMPERADOS PARA ENGENHARIA.
- VIDROS PARA CONSTRUÇÃO.
- BOX EM ACRÍLICO.
- BOX BLINDEX.
- ESPELHOS.



VIDRAÇARIA GUAPORÉ

Av. 19 de Dezembro, 569 - Fone: (0442) 24-2235
FAX: (0442) 24-6557 - MARINGÁ - PARANÁ

UMA ENTIDADE EM DEFESA DA LIVRE INICIATIVA

Posse na ACIM

A nova diretoria da ACIM tomou posse no dia 11 de março, numa solenidade que contou com a presença de mais de mil convidados. A eleição foi realizada em 25 de fevereiro, na sede da ACIM.

A nova diretoria, que tem como presidente o empresário Massao Tsukada, assume a entidade com um estatuto totalmente reformulado. Agora, cada diretor representará um setor específico da economia. Desta forma, o trabalho da ACIM será mais abrangente e cada setor de atividade terá mais espaço para a participação nas discussões. Na matéria de capa desta edição, a cobertura completa do jantar de posse. Conheça também cada um dos novos diretores e algumas metas de trabalho para os próximos 2 anos.



Leia também nesta edição uma entrevista com o advogado maringense Dirceu Galdino. Ele fala sobre o sigilo bancário, assunto que tem despertado muitas discussões nos últimos

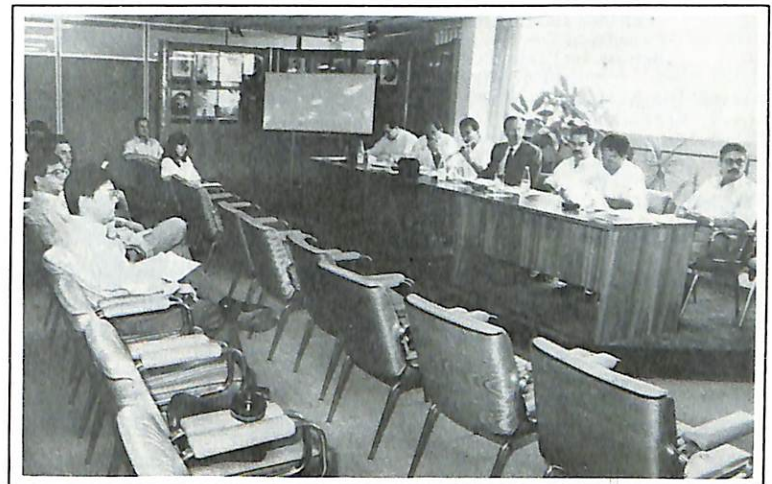
meses. Para Galdino, o sigilo bancário é um direito garantido pela Constituição e por isso o Estado "não pode interferir nesta esfera particular do cidadão". Galdino afirma também que a legislação brasileira que regula o sistema bancário deve ser revista.

Este ano começou com fortes esperanças na safra de verão. Muitos depositavam nela a expectativa de uma possível contenção do processo inflacionário. No Paraná, a produção este ano deverá ser boa. Mas algumas regiões, como é o caso de Maringá, deverão sofrer quebras significativas na produção. Isso vai se refletir na economia da cidade e principalmente nas vendas do comércio. Leia reportagem sobre o assunto também nesta edição.

Roberto Brasiliano - Photopress



Empresárias do Paraná se reúnem em Londrina
pág. 24



ACIM presente na reunião da FACIP
pág. 24

LUKAS**04****ENTREVISTA****05****CADERNO TÉCNICO****15****ALUGUÉIS****25****SAFRA AGRÍCOLA****26****EMPRESA JÚNIOR****29****DEFICIENTES****30****ENERGIA****32****MEU NEGÓCIO****33****PENSO ASSIM****34**

ACIM

A REVISTA DE NEGÓCIOS DO NORTE DO PARANÁ
 Publicação Mensal da Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM
DIRETOR RESPONSÁVEL
 Luiz Carlos Masson
EDITOR RESPONSÁVEL
 Regina Daefiol - MT-2538-PR
REPORTAGEM E FOTOS
 Cláudio Galleti
PUBLICIDADE
 Claudomiro Venâncio
CIRCULAÇÃO

Vera Regina de Paula e Silva
PRODUÇÃO GRÁFICA E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
 Editora Organsil - Fone: (0442) 24-9365
IMPRESSÃO: Gráfica Boaventura
 Circulação na primeira quinzena de cada mês.
 A Revista ACIM não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas. Cartas para a Assessoria de Comunicação Social da ACIM:

Rua Né Alves Martins, 2321
 Fone: (0442) 26-1331 - Fax: (0442) 23-5007
 S.P.C. (0442) 26-2299 - Telex (442) 168 - C.P. 1033
 Maringá - Paraná



DIRETORIA EXECUTIVA
 Presidente: Massao Tsukada
 1º Vice-Presidente: Valdecir de Brito
 2º Vice-Presidente: Jefferson Nogaroli
 Vice-Presidente p/ Ass. do Comércio: Shinití Ueta
 Vice-Presidente para Assuntos da Indústria: Fernando José de Faria Ferraz
 Vice-Presidente para Assuntos de Serviços: Gilson Odair Barbiero
 Diretor de Finanças: Sabas Martins Fernandes
 Diretor de Patrimônio: Hélio Costa Curta
 Diretor de Eventos e Promoções: Fernando Vieira Raimundo
 Diretor de Assuntos Comunitários: Pedro Granado Martines
 Diretor do Descon: Moacir Somaggio
 Diretor p/ Assuntos de Informações Cadastrais: Euriko Ikuta
 Diretor da Revista ACIM: Luiz Carlos Masson
 Diretora de Relações Públicas: Noemi de Oliveira Seravalli
CONSELHO DELIBERATIVO
 Presidente: Fernando Henriques
 Secretário: Paulo Moraes Badan
MEMBROS:

Agenor Maia, Antonio J. R. Silvestre Ferreira, Euclides Sordi, Francisco Favoto, Francisco Feio Ribeiro, Futoshi Matsuda, Heitor Bolela Júnior, João Noma, José Gomes Ferreira, Miguel Fuentes Sala, Milton Massar Morita, Reginaldo Nunes Ferreira, Simão Hirata, Tutomo Sato.

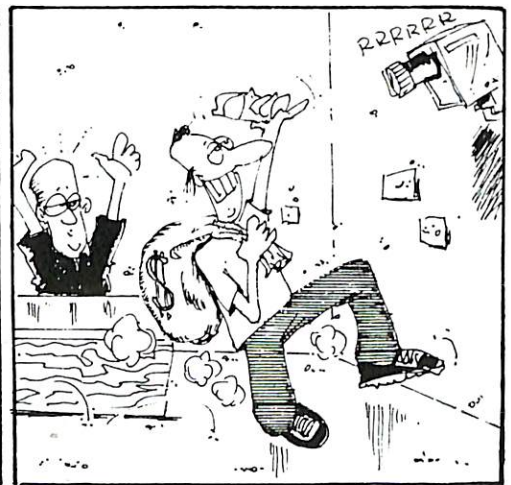
MEMBROS NATOS:
 Alcides Siqueira Gomes, Alvaro Miranda Fernandes, Carlos Mamoru Ajita, Emilio Germani, Ermelindo Bolfer, Joaquim Dutra, Manoel Mário de Araújo Pismel, Raymundo do Prado Vermelho, Sidnei Meneguetti, Ubirajara de Araújo Pismel.

CONSELHO DA MULHER EMPRESÁRIA
 Presidente: Maria Alice Pinatti
 Vice-Presidente: Maria José M. Duarte
 2º Vice-Presidente: Solange Aparecida de Paula
 Secretária: Roseli P. de Lima Bastos
 2º Secretária: Fátima Aparecida O. Ferreira
 Tesoureira: Maria Aparecida Bekner Silva
 2º Tesoureira: Sônia Maria Uliana.

DIRETORAS ADJUNTAS
 Maria Inês Ajita Picironi e Maria C. Lima Dias

CONSELHO DO JOVEM EMPRESÁRIO MARINGAENSE
 Presidente: Olga Elizabeth Moleirinho
 Vice-Presidente: Marco Xavier G. de Mendonça
 1º Diretor Adjunto: Cláudio Adilson Rossi
 2º Diretor Adjunto: Galileu Limonta Maia
 2º Secretário: Edson Aparecido Vido
 1º Tesoureiro: José Fernando Alves Henriques
 2º Tesoureiro: José Rubens Abrão
ASSESSOR DE DIRETORIA
 Carlos Roberto Previdelli
SECRETÁRIA-EXECUTIVA
 Elcia Valentini do Nascimento
GERENTE-ADMINISTRATIVO
 César Augusto Galli

LUKAS...



O direito à privacidade

Nos últimos meses a questão do sigilo bancário tem gerado polêmica no Brasil. Com inúmeros casos de corrupção e de favorecimento nos escalões mais altos do governo federal vindo a público, este assunto ganhou destaque nas discussões. A dúvida é até que ponto a garantia da inviolabilidade do sigilo bancário está realmente a serviço do cidadão. Se, por um lado, o sigilo bancário pode favorecer operações escusas daqueles que sempre arrumam um jeito de enriquecer facilmente, por outro é uma garantia legal da privacidade do cidadão. Só que, para complicar um pouco mais, a legislação brasileira, com uma lei recente do governo



Galdino: “A quebra do sigilo bancário não pode ser uma ameaça nas mãos da fiscalização”

federal, abre uma possibilidade de dupla interpretação quanto à inviolabilidade do sigilo bancário. Nesta entrevista, o advogado maringense Dirceu Galdino, especialista em Direito Tributário e Processo Civil, fala sobre o assunto e afirma que a legislação precisa passar por mudanças

ACIM: Como surgiu, na legislação, o preceito do sigilo bancário?

DIRCEU GALDINO: O sigilo bancário é uma obrigação imposta aos bancos de não revelar a terceiros, sem causa justificada, os dados particulares de contas-correntes ou operações de seus clientes. Max Weber, no livro “História Econômica Geral”, lembra que nos tempos antigos os templos funcionavam como casas de depósito. As pessoas depositavam seus bens preciosos nos templos. A “atividade bancária” daquela época estava, assim, conjugada com o sagrado. Como os “banqueiros” da época tinham maiores conhecimentos sobre legislação, eles eram uma espécie de confidentes de negócios do cidadão comum. Daí a origem do aspecto do segredo, do discreto destas atividades. Isso dava segurança ao cidadão porque, se alguém tentasse roubar estas riquezas depositadas, estaria cometendo um sacrilégio. Em Roma, segundo o Direito Romano, os banqueiros

eram considerados exercentes de um ofício público, tal a relevância de sua função para os cidadãos. O sigilo das operações dos clientes era respeitado. Este preceito perdura até hoje.

ACIM: Então, hoje, a legislação brasileira garante a inviolabilidade do sigilo bancário?

DIRCEU GALDINO: Sim, porque a inviolabilidade do sigilo bancário reside no próprio direito de manutenção da privacidade do cidadão. A Constituição assegura, no capítulo dos Direitos Individuais, a inviolabilidade do sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas e das comunicações telefônicas. Estes preceitos traduzem o direito à privacidade, em todos os sentidos. A conta-corrente do particular representa, na prática, a extensão de sua propriedade. Da mesma forma como os bens de uma pessoa estão protegidos pela privacidade e a segurança, também suas operações bancárias devem estar. O banco, por sua vez, como é depositário desta confiança, deve corresponder na mesma proporção. As próprias entidades bancárias têm interesse em preservar o sigilo, na medida em que assim podem garantir segurança para seus clientes. A legislação brasileira garante ao cidadão o direi-

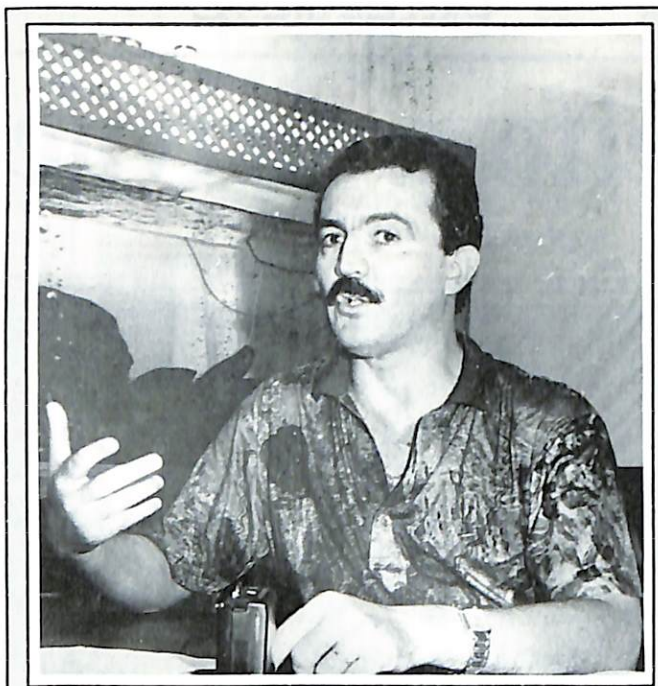
to à privacidade. O Estado não pode invadir esta esfera individual. No anteprojeto da Constituição de 88, havia uma norma específica sobre o sigilo bancário. Mas, como a Constituição deve ser a síntese de todas as leis, esta norma específica foi englobada na garantia dos direitos individuais. Além disso, a própria Lei do Sistema Bancário, a 4.454, de 31 de dezembro de 1964, em seu artigo 38, assegura o sigilo bancário. Apesar de ter sido sancionada em 64, esta lei ainda está em vigor porque não entra em choque com os preceitos da Constituição Federal. A Lei 4.454 colocou também os casos de exceção, isto é, quando o sigilo pode ser quebrado. A lei es-

pecífica que os agentes fiscais tributários do Ministério da Fazenda e dos Estados somente poderão proceder a exames de documentos, livros e registros de contas e de depósitos quando houver processo instaurado e os mesmos forem considerados indispensáveis pela autoridade competente. Então, segundo o que diz a lei, é preciso que haja a instauração de um processo e que os mesmos sejam indispensáveis para a avaliação da autoridade competente. Na verdade o que está gerando muita polêmica em torno da queda do sigilo bancário é uma palavra que foi alterada numa lei mais recente do governo federal. Trata-se da Lei nº 8.021, de abril de 90, que dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais, que, ao invés de mencionar “processo fiscal”, fala em “procedimento fiscal”. A grande diferença prática é que processo pressupõe uma definição de objeto e sua integração através da citação. Já o procedimento é um mero método formal, sem a participação do sujeito passivo. Segundo a interpretação que esta lei permite, a autoridade fiscal pode solicitar informações bancárias do cidadão assim que o auto de infração for lavrado. Isso representa um cerceamento ao direito de defesa que a Cons-

tituição garante ao cidadão.

ACIM: Então, como resolver esta dubiedade provocada por um erro na própria legislação?

DIRCEU GALDINO: O que é necessário, no momento, é uma mudança na legislação, para que ela possa especificar claramente o que o Poder Público pode ou não fazer, quais são os seus limites. Ao cidadão é garantido fazer tudo o que deseja, desde que não transgrida a lei. Já a administração pública só pode agir através da lei. Este é o princípio da legalidade que deve nortear toda a conduta da administração pública. Com o tempo, a sociedade vai evoluindo e os problemas avançando. O que foi feito, em termos de legislação, precisa ser repensado. Então, é notório que hoje o Brasil necessita de uma legislação atualizada, que se adapte melhor à realidade social. No caso do sigilo bancário, só com uma reforma da Legislação Bancária – que inclusive já está tramitando no Congresso – é que a administração pública terá possibilidade de agir sem ferir os direitos do cidadão. A administração pública precisa agir sem invadir a



“O sigilo bancário tem que ser mantido, não apenas para a segurança dos bancos, mas para a segurança do próprio cidadão”

privacidade do cidadão, mas também sem deixar que reine a impunidade.

ACIM: Como a legislação de outros países coloca a questão do sigilo bancário?

DIRCEU GALDINO: A regra geral em

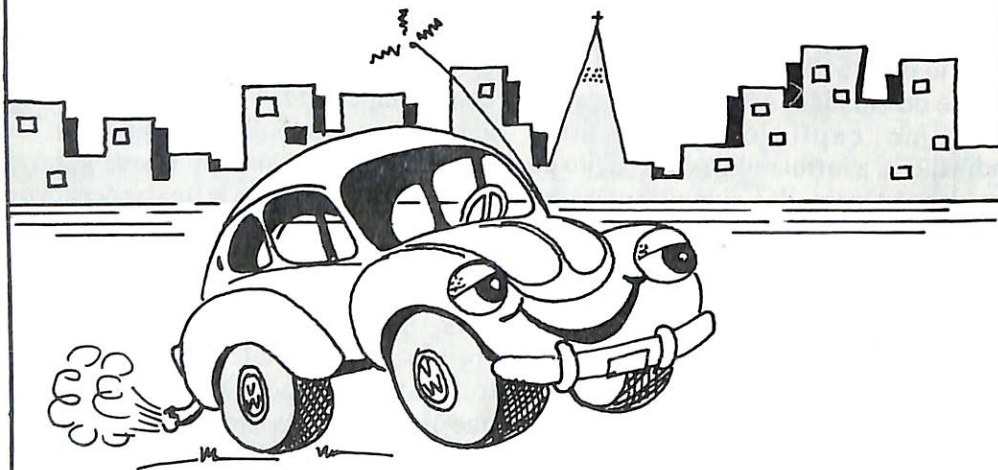
países como a Suíça, Alemanha, Holanda, é a garantia do sigilo. A administração pública só pode quebrar este sigilo na fase judicial, e se houver a indispensabilidade das informações bancárias como prova para o processo. Nunca na fase do procedimento fiscal, isto é, apenas com o auto de infração. A decisão da quebra do sigilo bancário cabe sempre ao juiz. No Brasil, já na fase de procedimento fiscal, sem chegar às vias judiciais, a administração pública pode quebrar o sigilo bancário. Naqueles países o Judiciário funciona como ponto de equilíbrio. O juiz é quem decide.

ACIM: Quais as propostas contidas no projeto de reforma da legislação bancária que está no Congresso? O sigilo bancário é mantido?

DIRCEU GALDINO: Sim, o sigilo é mantido, mas são abertas exceções em alguns casos. A saída é

fazer como nos países em que o Poder Judiciário é sempre o mediador destas questões. Desta forma fica afastada a possibilidade de abuso de poder por parte da administração pública. E o cidadão poderá ter segurança por saber que a decisão será apreciada por um juiz. O sigilo bancário tem que ser mantido não apenas para a segurança das entidades bancárias, mas para a segurança do próprio cidadão. A quebra deste sigilo não deve ser usada como forma de pressão sobre o cidadão. Ela não pode se constituir, como acontece hoje, numa ameaça nas mãos da fiscalização. É por isso que deve haver a mediação do Poder Judiciário. Da forma como a questão é colocada hoje, a Receita Federal tem um poder quase que absoluto para quebrar o sigilo. Da mesma forma como o sigilo bancário não é poder absoluto, porque tem suas exceções, também o pedido não pode ser absoluto. E é justamente este ponto de equilíbrio que está faltando. O sigilo bancário não é estabelecido para ocultar fatos passíveis de sanções, como a lavagem de dinheiro sujo ou crimes do colarinho branco. E sim para revestir a revelação deste segredo de um caráter de extrema excepcionalidade. Por outro lado não pode ser ignorado pelo Estado. Alardeando a necessidade de combater a imoralidade, o Estado não pode combater uma ilegalidade, perpetrando outras, em especial aniquilando a privacidade das pessoas ou transformando o pedido de quebra do sigilo bancário num poder quase que absoluto da fiscalização.

Uma oficina de bom humor tem que gerar a melhor expressão!



Dama S/A, Serviço Autorizado Volkswagen.
Testado e Aprovado.

Aqui, quem dá o show é um conjunto afinadíssimo em Sol Maior. Todo o brilho que seu carro merece. Peça por peça.



Dama

DEDICAÇÃO CONQUISTANDO CONFIANÇA.
Av. Paraná, 1222 - Fone: 24-7133



CAPA

ACIM tem nova diretoria

A posse da nova diretoria da ACIM aconteceu num jantar bastante concorrido, que contou com a presença de empresários associados, autoridades e representantes de Associações Comerciais. Massao Tsukada é o novo presidente da entidade

Durante um jantar, no dia 11 do mês passado, que reuniu na sede da ACEMA mais de mil pessoas, foi empossada a nova diretoria da Associação Comercial e Industrial de Maringá para o biênio 92/93. Estiveram presentes à solenidade de posse autoridades, empresários e associados da ACIM. A nova diretoria foi eleita no dia 25 de fevereiro, durante assembléia eleitoral em que compareceram 169 dos 1.200 associados aptos a votar.

Na mesa diretora Fernando Henriques presidiu os trabalhos da solenidade de posse. Além de Henriques estavam na

mesa principal o prefeito de Maringá, Ricardo Barros; o presidente da Câmara Municipal, Marco Antonio Rocha Loures; o juiz de Direito da Comarca de Maringá, Sérgio Rodrigues; o deputado estadual João Preis; o reitor da Universidade Estadual de Maringá, Décio Sperandio; o promotor de Justiça da Comarca de Maringá, Joel Geraldo Coimbra; o diretor de Desenvolvimento Econômico Regional da Prefeitura, Remo Longo; o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Amorim Pedrosa Moleirinho; a presidenta do Conselho da Mulher Empresá-

ria, Maria Aparecida Bekner Silva; a presidenta eleita do Conselho da Mulher Empresária, Maria Alice Pinatti; e o presidente eleito da ACIM, Massao Tsukada.

Muitas outras autoridades estiveram presentes ao jantar de posse, entre elas o delegado da Receita Estadual em Maringá, Claudinê de Oliveira; o vice-prefeito Willy Taguchi; o representante da Delegacia da Receita Federal em Maringá, Miguel Iwamoto; o diretor da Carteira de Fomento do Banestado, Paulo Roberto Pereira de Souza; o ex-prefeito de Maringá, Adriano Valente; os vereadores Aristides Conteçotto, Edith Dias de Carvalho, Eduardo Aciette, Victor Hoffmeister e Laércio Nora Ribeiro. Vários presidentes e representantes de Associações Comerciais e Industriais da região também compareceram.

Foram empossados na solenidade a Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo e o Conselho da Mulher Empresária. O Conselho Permanente do Jovem Empresário Maringaense também foi apresentado aos presentes na oportunidade. O presidente Fernando Henriques empossou, primeiro, os membros do Conselho Deliberativo. Logo depois foram empossados os diretores-executivos que estarão à frente da ACIM até 1993. Na seqüência, foram empossadas as componentes do Conselho da Mulher Empresária e apresentado o Conselho do Jovem Empresário.

Depois da solenidade de posse o presidente Fernando Henriques fez seu discurso de agradecimento. Ele falou das realizações da diretoria que esteve à frente da ACIM nos últimos dois anos. Henriques agradeceu todo o trabalho da diretoria durante sua gestão, o empenho dos funcionários da ACIM e o apoio que recebeu de sua família. Fernando Henriques fez um agradecimento também à imprensa, que sempre prestigiou as realizações da entidade.

Depois do ex-presidente Fernando Henriques, a ex-presidenta do Conselho da Mulher Empresária, Maria Aparecida Bekner Silva também discursou, falando do trabalho desenvolvido durante sua gestão. Cida Bekner agradeceu a participação de todas as empresárias que estiveram à frente do Conselho nestes dois anos. Maria Alice Pinatti, presidenta eleita do Conselho também fez uso da palavra. Ela colocou que "graças à garra, ao dinamismo e por realizações concretas das ex-presidentas, o Conselho da Mulher Empre-



Mais de mil pessoas compareceram à posse

sária da ACIM ganhou reconhecimento no meio empresarial, na comunidade maringaense e em todo o estado". Maria Alice afirmou que a situação de crise que o país atravessa não deve servir "co-



Cida Bekner recebeu uma homenagem do Conselho



Cida Bekner falou do trabalho do Conselho durante sua gestão



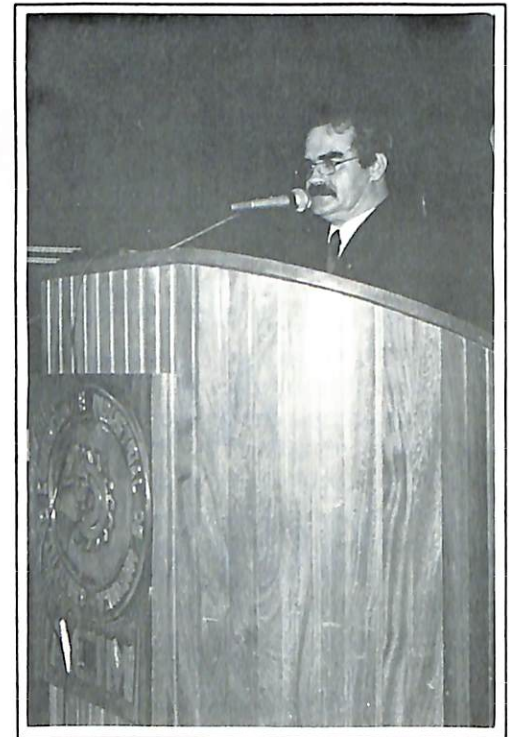
Tsukada: "Queremos ser plantadores de esperança"

mo desculpa para a passividade e de justificativa para o insucesso". E frisou: "É hora de crer, criar e ousar!".

Depois foi a vez do presidente empossado, Massao Tsukada, fazer seu discurso. Massao falou sobre a situação do Brasil e fez críticas à forma como a política econômica vem sendo conduzida pelo governo federal. "O presidente Fernando Collor, ao assumir o governo da República, disse que governaria com os descamisados, e é exatamente isso que está fazendo: transformando inclusive a classe média em descamisados", afirmou Massao.

Ao mesmo tempo em que fez estas críticas, o novo presidente da ACIM colocou que o empresariado não pode se deixar abater pelas dificuldades. "Estamos assumindo a presidência da Associação Comercial e Industrial de Maringá para continuar o combate às intempéries da economia. Somente através de uma entidade de classe forte e combativa é que o marasmo será vencido. Queremos ser plantadores de esperança e cultivadores da fé e da certeza de melhores dias", falou. (Leia a íntegra do discurso de Massao Tsukada).

O prefeito de Maringá, Ricardo Barros, também discursou. Logo depois a solenidade de posse foi encerrada e os convidados participaram de jantar oferecido pela ACIM.



Fernando Henrique fez seu discurso de agradecimento



Maria Alice Pinatti faz seu discurso

A nova diretoria da Associação Comercial e Industrial assume a entidade com um estatuto totalmente reformulado. Com as mudanças que foram feitas, cada diretor-executivo irá representar um setor de atividade, trazendo os problemas e as necessidades de cada área para serem discutidos na ACIM. "Uma de nossas metas é justamente incentivar este trabalho de cada diretor, em seu setor de atividade, sempre em sintonia com a presidência", afirma o presidente Massao Tsukada.

Outra meta da diretoria é mudar

Quem é quem na diretoria

a idéia de que a ACIM é uma entidade apolítica. "A entidade tem que ter uma participação política nos assuntos de Maringá e de interesse do empresariado. Mas nunca partidária. A ACIM não pode se omitir no dia-a-dia da comunidade em que está inserida", explica Massao Tsukada. Dentro do âmbito desta atuação, os novos diretores pretendem desenvolver um trabalho de estí-

mulo ao empresariado, para que a crise seja enfrentada com realismo e na busca de caminhos para enfrentar as dificuldades, de maneira criativa.

Desta forma, a ACIM vai estimular a formação técnica de empresários e trabalhadores, com a promoção de cursos, seminários e palestras através da diretoria de Eventos e Promoções.

Conheça agora cada um dos membros da diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, do Conselho da Mulher Empresária e do Conselho do Jovem Empresário de Maringá, empossados no dia 11 de março.

Diretoria Executiva



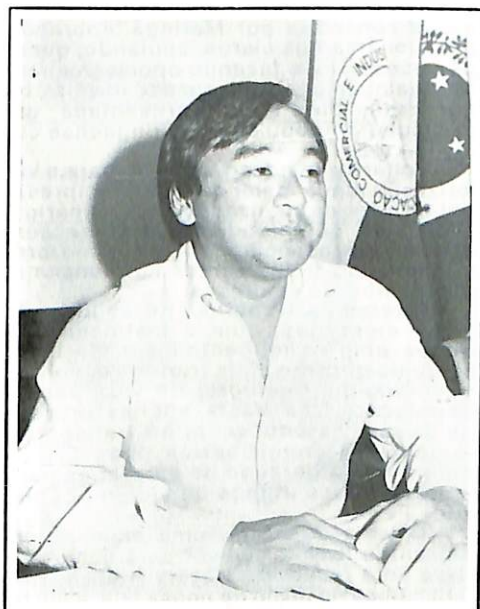
Massao Tsukada – presidente
Livraria Bom Livro Ltda.



Valdecir de Britto – 1º vice-presidente
Dama S/A - Distribuidora de Automóveis



Jefferson Nogarolli – 2º vice-presidente
Com. de Gen. Alimentícios Mubon Ltda.



Shiniti Ueta – vice-pres. Ass. de Comércio
Ueta Cine Foto Som Ltda.



Fernando J. F. Ferraz – vice-pres. Ass. de Ind.
Fábrika de Acolchoados Maringá



Gilson Barbiero – vice-pres. Ass. de Serviços
Motopar Retífica de Motores



Helio Costa Curta
Dir. de Patrimônio
Hiconci Hidr. Construção Civil



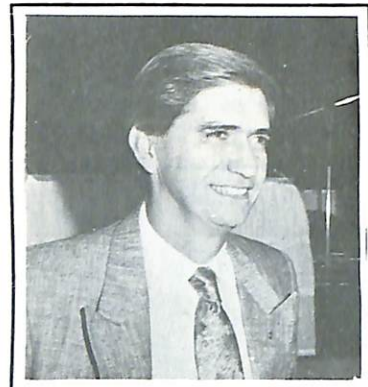
Fernando V. Raimundo
Dir. de Eventos e Promoções
Expoluz Materiais Elétricos Ltda.



Sabas M. Fernandes
Dir. de Finanças
Tropical Imóveis Ltda.



Moacir Somaggio
Dir. do Descon
Somaggio Consultoria Empresarial



Pedro G. Martins
Dir. p/ Assuntos Comunitários
Eldorado Imóveis Ltda.



Eurico Ikuta
Dir. p/ Ass. de Inf. Cadastrais
Shimabukuro Ikuta e Cia Ltda.



Noemi Seravalli
Dir. de Relações Públicas
Seravalli & Seravalli Ltda.



Luis Carlos Masson
Dir. da Revista ACIM
Masson Ind. e Com. de Carrocerias

O discurso do presidente

"A cada nova crise que se abate sobre o país, a tendência é dizer que desta vez chegamos ao fundo do poço. Estamos vivendo agora a crise da absoluta desmoralização do setor público, com a constante divulgação dos mais escabrosos casos de escândalo, corrupção, prevaricação e favorecimentos ilegais.

A par destes escândalos, experimentamos uma das maiores recessões dos últimos tempos, comparável aos tempos de guerra, recessão esta que teima em coexistir com uma inflação de dois dígitos, fenômeno este que não encontra explicação em nenhum dos manuais de economia.

Este casamento da recessão com inflação gera filhos espúrios, como os juros em patamares elevadíssimos que desestimulam quaisquer investimentos nos setores produtivos, além do desemprego que gera a fome e a miséria dos brasileiros.

O presidente Fernando Collor, ao assumir o governo da República, disse que governaria com os descamisados. E é exatamente isso que está fazendo, transformando inclusive a classe média em descamisados. Não há nenhuma novidade no fato de que os governos, quer federal, quer estaduais ou municipais, continuam insaciáveis no arrecadar e compulsivos no gastar, crentes que, sendo público o dinheiro arrecadado a ninguém pertence, é de todos, e não há contas a serem prestadas ao povo, que delegou poderes aos governantes.

Não é capaz de alcançar as manchetes de jornais o fato de que o poder público é inoperante, incapaz de fiscalizar e punir as irregularidades que enlameiam a administração pública neste país, salvo honrosas

exceções.

Também deixou de ser fato novo o artifício utilizado pelos governantes de aumentar tributos, criar novos subterfúgios de arrecadação para cobrir o que eles mesmos causam. Chegam a ser ridículos os pronunciamentos da maioria de nossos governantes, quando afirmam, candidamente, que aplicarão todos os tributos arrecadados em benefício de seus governados, na geração de condições dignas de sobrevivência humana.

Tudo isso, senhoras e senhores, já é velho e sabemos cansadamente. Mas, o que fazer? Deixar-se abater? Conviver com este estado de coisas? Aceitar passivamente e dizer que é próprio do ser humano? Logicamente que não!

Estamos assumindo a presidência da Associação Comercial e Industrial de Maringá para continuar o combate as estas intempéries. Somente através de uma entidade de classe forte e combativa é que este marasmo será vencido.

Queremos ser plantadores de esperança e cultivadores da fé e da certeza de melhores dias! Queremos, juntamente com os demais diretores, conselheiros, empresários e empresárias, mostrar que a existência de uma entidade somente se justifica pela ativa participação de seus associados, pelo trabalho a ser desenvolvido, pelo combate às coisas erradas, pela denúncia das irregularidades, pela união da classe.

A Associação Comercial e Industrial dirigirá todos os seus esforços no implementação do comércio, da indústria e da prestação de serviços em Maringá, e principalmente na valorização e maior participação da classe empresarial.

Este trabalho se tornou mais fácil graças à mudança estatutária promovida na gestão do presidente Fernando Henriques, que, de maneira incansável, trabalhou para uma nova e eficiente formulação da diretoria executiva que, além de vice-presidentes das áreas de comércio, indústria e presta-

ção de serviços, também criou diretorias específicas para vários setores. Isso certamente dinamizará os serviços da entidade.

Mas, não só voltada para a classe empresarial estará a Associação Comercial e Industrial de Maringá.

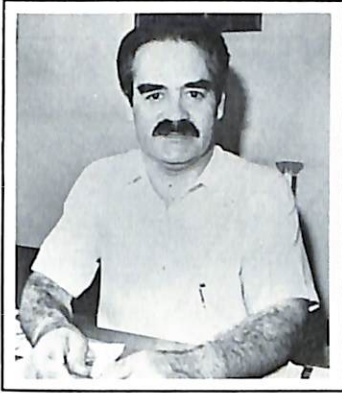
Sempre se costuma dizer que a ACIM é uma entidade apolítica, o que não é verdade. Queremos reformular este pensamento, afirmando que a ACIM é uma entidade apartidária, mas eminentemente política, posto que, independente das cores partidárias, estaremos acompanhando muito de perto nossos representantes políticos e governantes, reivindicando ações concretas por Maringá, cobrando posicionamentos claros, apoiando, quando necessário, e fazendo oposição quando qualquer ação desencadeada fira os interesses da classe representada, em particular da população maringaense como um todo.

Voltaremos nosso trabalho para a valorização ainda maior da classe empresarial através da realização de seminários, simpósios, conferências que interessem aos nossos associados, bem como proporcionando treinamentos aos funcionários de nossas empresas.

Queremos trabalhar no sentido de gerar empregos, com a instalação de novos empreendimentos em Maringá, os quais gerarão mais tributos e, conseqüentemente, melhoria de vida para a população. Não basta apenas investir na saúde, na educação, no transporte, logicamente necessários, mas principalmente na geração de empregos para dar condições dignas de vida à população.

O lema da ACIM "uma entidade em defesa da livre iniciativa" será seguido à risca para reverter a trágica situação que noticiamos no início de nossa fala, a fim de mostrar aos nossos governantes que somos capazes de fazer deste país o país que sonhamos não somente para nossos filhos e netos, mas ainda para nós, e agora!".

Conselho Deliberativo



Fernando Henriques – presidente
Comercial A.S. Alves S/A



Paulo M. Badan – Secretário
Porta-Agulhas Regente Ltda.



Agenor Maia – Depósito BR 369
de Mat. de Construção Ltda.



Antonio S. Ferreira – Consuí
Com. e Criação de Suínos Ltda.



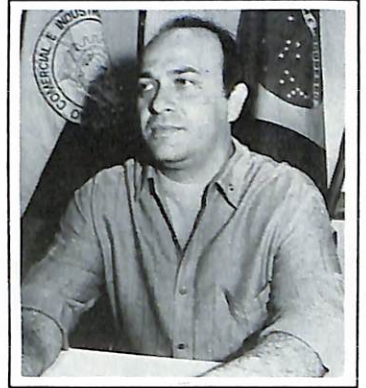
Euclides Sordi – Petroálcool
Comércio de Lubrificantes Ltda.



Francisco Favotto – Effes
Ind. e Com. de Confeções Ltda.



Francisco F. Ribeiro Filho –
Ribeiro S/A Comércio de Pneus



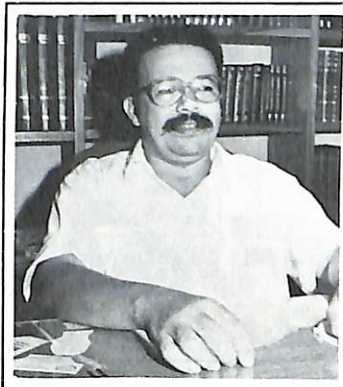
Heitor Bolela Junior
Ind. Gráficas Bandeirantes Ltda.



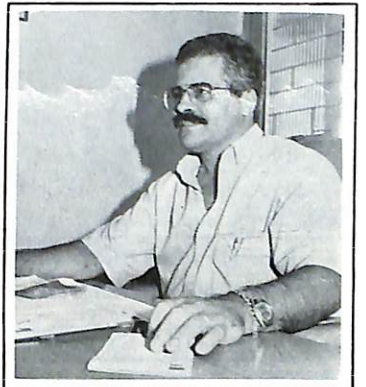
Futoshi Matsuda
Transportadora Matsuda Ltda.



João Noma
Noma & Cia Ltda.



José Gomes Ferreira
Escrit. Gomes de Cont. S/C Ltda.



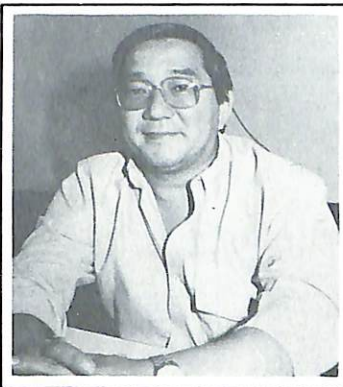
Miguel Fuentes Sala
Torch Ind. e Com. de Confec.



Tutomo Sato
Soc. Comercial Yoshida Ltda.



Milton Massar Morita
Maringá Equipamentos Ltda.



Simão Hirata
Calmexl Ind. e Com. de Confec.



Reginaldo Nunes Ferreira
Rádio Cultura de Maringá Ltda.

Conselho da Mulher Empresária



Maria Alice Pinatti – Presidenta
Treinecon Com. Rep. Fer. Ltda.



Maria José M. Duarte – Vice-Presidenta
Recanto Musical Ltda.



Solange A. de Paula – 2ª Vice-Presidenta
Paula Papéis e Embalagens Ltda.



Roseli de Lima Bastos – Secretária
Camila Cerâmica Ltda.



Fátima Aparecida Ferreira – 2ª Secretária
Cantinho da Malha



Maria Aparecida Bekner Silva – Tesoureira
Bekner Materiais para Construção Ltda.



Sonia Maria Uliana – 2ª Tesoureira
Gaiyota – Uliana e Cia Ltda.



Maria Inez Ajita Picirone – Diretora-Adjunta
Cartoni Calçados Ltda.



Maria C. Lima Dias – Diretora-Adjunta
R. Dias Com. Rep. Máquinas Cost. Ltda.

Novo horário em discussão

A Associação Comercial e Industrial realiza pesquisa entre seus associados sobre um novo horário para o comércio. Agora é o momento de se debater o assunto e a participação do empresário é fundamental

Uma lei municipal, de dezembro do ano passado, liberou o horário de funcionamento do comércio de Maringá. Isso significa que, a partir de então, ficou a critério dos próprios empresários da cidade decidir qual o melhor horário de funcionamento para suas empresas.

Com esta liberdade, as empresas terão oportunidade de escolher um horário que melhor se adapte às suas necessidades e muitas coisas poderão mudar. Uma das vantagens de um horário diferenciado é a possibilidade de oferecer um período em que moradores de cidades vizinhas possam fazer suas compras em Maringá. Para muitos esta liberdade de escolha do horário vai beneficiar os empresários neste momento de quedas nas vendas.

Mas, para que as empresas possam desfrutar dos benefícios que esta lei possibilita, é necessário que seja iniciada uma discussão com todos os setores de atividade. Justamente por isso a Associação Comercial e Industrial de Maringá enviou no mês passado uma pesquisa aos seus associados, para saber qual a preferência de horário de cada empresa.

REUNIÕES SETORIAIS: Ao todo foram remetidos 1.195 questionários. Apenas as agências bancárias não receberam a pesquisa, porque o horário de funcionamento do setor é definido pelo Banco Central. Cada empresa deve responder ao questionário e enviá-lo o mais breve possível para a ACIM, aos cuidados do DESCON.

Quando todos os questionários forem respondidos, o DESCON vai tabular os dados, que serão cruzados. A partir daí já será possível conhecer a opinião de pelo menos uma parcela dos empresários.

Com o resultado, a Associação Comercial e Industrial de Maringá, através de sua diretoria, vai realizar reuniões setoriais, onde a adoção de um novo horário será debatida com to-

dos os empresários. As sugestões apresentadas na pesquisa serão o ponto de partida para as discussões.

Por este motivo é muito importante a participação de cada empresário. Somente a partir de uma discussão ampla é que se poderá chegar a um horário que atenda não só a necessidade das empresas, mas também do próprio consumidor.

Para o vice-presidente para Assuntos do Comércio, da ACIM, Shiniti Ueta, "o comércio de Maringá tem grandes chances de aumentar suas vendas com um horário diferenciado. Nós precisamos manter o comércio local forte para que os consumidores daqui não acabem atraídos por outros cen-

tros vizinhos". Por este motivo, Shiniti coloca que é necessária a participação do empresariado nas discussões.

"A liberação do horário é o caminho para o amadurecimento do empresariado", afirma Massao Tsukada, presidente da ACIM. Para ele, com a possibilidade de escolha de um horário mais conveniente, o comércio terá mais oportunidade de realizar até promoções para aumentar as vendas. E Massao afirma que a Associação Comercial e Industrial este ano realizará muitas promoções deste tipo. "Com a liberdade de horário o empresário é quem decidirá, livremente, se valerá a pena ou não estender o horário de funcionamento, sem interferência do poder público".

Ciclosol

REPRESENTANTE EXCLUSIVO

MARFINITE

Av. Brasil, 4856 - Fone: 24-4144 - Maringá - PR



Linha Ekológica®

Reunião da FACIP em Ponta Grossa

No dia 21 de março foi realizada a quinta reunião da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná - FACIP.

Durante a reunião foram decididas a data da eleição e a nova sistemática de cobrança da entidade

Na quinta reunião ordinária da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná - FACIP - realizada no dia 21 de março, em Ponta Grossa,



Na reunião foi discutida a próxima eleição da FACIP

os presidentes das 9 Coordenadorias Regionais definiram a data da eleição da nova diretoria da entidade. O próximo presidente da FACIP será eleito no dia 13 de junho, e o prazo para a inscrição de chapas encerra no dia 25 de maio. A eleição será em Curi-

tiba.

Neste dia também deverá acontecer o 2º Congresso das Associações Comerciais e Industriais do Paraná. A coincidência de datas é proposital. Com o Congresso, os eleitores terão um atrativo a mais para comparecer à votação. Poderão votar os presidentes das Coordenadorias que tenham sido admitidas na Federação há mais de 90 dias da data da eleição.

Os votos serão proporcionais. Cada Coordenadoria terá direito a tantos votos quantos forem seus filiados. Outra exigência do regulamento para as eleições é em relação ao pagamento das mensalidades. Só votará quem estiver em dia com suas contribuições. O regulamento prevê ainda que poderão se candidatar presidentes ou ex-presidentes das Coordenadorias e das Associações do Estado.

Na reunião de Ponta Grossa, ficou decidida também a nova fórmula de cobrança das contribuições à Federação. A partir de agora, o pagamento será mensal e as Coordenadorias cobrarão das Associações Cr\$ 500 por associado. Este valor será reajustado pela TR; um terço do total ficará com as Coordenadorias e o restante com a FACIP.

Empresárias debatem em Londrina

Londrina sediou, no dia 21 do mês passado, o 8º Encontro Paranaense de Mulheres Empresárias. A promoção foi do Conselho da Mulher Empresária da Associação Comercial e Industrial de Londrina. Estiveram presentes cerca de 100 empresárias, representando Conselhos de Mulheres Empresárias de 14 cidades do Estado. As integrantes do Conselho da Mulher Empresária de Maringá também participaram do evento. Estiveram presentes a presidente do Conselho Maria Alice Pinatti, e as empresárias Roseli de Lima Bastos, Maria Aparecida Bekner Silva, Maria da Conceição Lima Dias, Maria José Duarte, Solange Aparecida de Paula e Sônia Maria Uliana.

No Encontro foram discutidos vá-



Empresárias de 14 cidades participaram do Encontro

rios assuntos, entre eles a atuação da mulher no mundo dos negócios e como as empresas devem trabalhar na livre concorrência. Sobre este assunto foi exibido um vídeo às participantes, com o professor Luis Almeida Marins, que abordou a linha que as empresas devem seguir para ter êxito na livre concorrência.

Logo após a exibição do vídeo, foi realizado um debate sobre as idéias apresentadas, mediado pelo empresário João Jabur, presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina. Além do vídeo, foram debatidas outras questões, como a carga tributária brasileira, as relações entre funcionário e empresário e as linhas de crédito que o Banco do Brasil está oferecendo para micro e pequenas empresas, assunto levantado pela presidente do Conselho da Mulher Empresária de Maringá, Maria Alice Pinatti.

Após um almoço, que reuniu todos os participantes, aconteceram novos debates e foi feita a apresentação de trabalhos de todos os Conselhos do Paraná. O Encontro foi encerrado com um café colonial.

Feliz Aniversário

por José Adirson Gianotto Nascimento

O governo Collor completa 2 anos em meio a muitas turbulências. Da queda de ministros a medidas econômicas recessivas, não há muito o que comemorar

No dia quinze de março o governo "collorido" comemorou seu segundo aniversário. No entanto, não houve festa nem bolo, apenas uma missa, para um governo festejado em sua posse por marcar a volta da democracia após décadas de ditadura militar. Afinal, o momento político por que passa o governo federal é crítico. Nada mais justo que nosso presidente rogar suas preces a todos os santos conhecidos.

Aquele jovem esportista, vigoroso, que andava de jet ski, jato e motocicleta cedeu lugar a um homem envelhecido e conservador, ao melhor estilo João Figueiredo e José Sarney.

À época de sua posse o presidente Fernando Collor apresentava em seu discurso político uma conotação radical, que deixou perplexos até mesmo esquerdistas ortodoxos. O governo seria compartilhado apenas com o povo e para o povo, longe das elites empresariais e políticas. Neste período contou com o apoio da maioria da população. A rejeição a seu governo era de apenas 4%, segundo pesquisas de opinião pública realizadas na época.

Atualmente o panorama político é outro. Os índices de rejeição, segundo um pesquisa realizada pelo DataFolha e divulgada na Folha de S. Paulo, atingem 48% da população. A última bala do revólver que liquidaria a inflação saiu pela culatra e o golpe de caratê, ao

invés de atingi-la, derrubou a esmagadora maioria de seus ministros civis.

A estratégia de exercer o poder de forma imperial fracassou, levando o governo ao isolamento completo em relação aos demais poderes. Neste contexto, o confisco de dinheiro e as medidas provisórias deram lugar à tentativa de negociação. Agora a administração busca apoio no Congresso e deixa de lado as críticas ao empresariado e aos credores externos.

Os escândalos de corrupção que vieram à tona nos dois últimos anos afetaram seriamente a credibilidade e a imagem política do chefe do Executivo federal. De caçador de marajás, promessa que rendeu votos em 1989, o presidente é hoje um homem chamuscado pelas denúncias de corrupção que envolvem o primeiro escalão do governo.

No campo social, as medidas de austeridade no controle das despesas correntes do governo trouxeram consequências desastrosas, como a redução dos gastos na área de saúde, saneamento e educação nos últimos dois anos, levando o país a um agravamento da situação no setor social. A explosão de epidemias e doenças como cólera, malária e dengue, e a redução de matrículas do ensino básico, marcaram o governo de Fernando Collor de Mello no período.

Levantamento realizado pelo DataFolha demonstra que no primeiro

ano de governo, o presidente cortou em 33,3% os gastos em saúde em relação ao último ano de seu antecessor. Em valores constantes a preços de 1991, atualizados pelo IGP/FGV, a atual gestão investiu recursos da ordem de Cr\$ 862 bilhões contra Cr\$ 1,3 trilhão da gestão anterior.

Na área econômica, após dois anos de gerenciamento da política econômica, o governo federal comemora uma inflação estabilizada na faixa de 20% a 25%. No palco econômico a vedete principal é a ortodoxia monetarista, preconizada pelos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI). O "calcanhar de Aquiles", por sua vez, emperrando o tão sonhado crescimento sustentado da economia, é um conjunto de fatores como déficit público, dívida externa e os cartéis de preços formados por oligopólios da indústria e do comércio.

Em um raro momento de eloquência um certo presidente da República dos tupiniquins profetizou: "A economia vai vem, mas o povo vai mal". Hoje ambos parecem caminhar às cegas, por uma linha tênue que separa a esperança verde e amarela do abismo de um quarto mundo.

José Adirson Gianotto Nascimento é
Assessor Econômico da

Grau de risco

O Decreto 356, de 07.12.91, regulamenta o custeio da seguridade social e altera a relação de atividades preponderantes e correspondentes grau de risco relativo ao acidente de trabalho, que tinha percentual fixo de 2% para todas as empresas com grau de risco

Apresentamos abaixo a Relação de Atividades Preponderantes e Correspondentes Grau de Risco 1, (Riscos Leves - Taxa 1%). Nas revistas seguintes serão apresentados os graus de risco 2 e 3, com a taxa de 2 e 3%, respectivamente.

CADERNO TÉCNICO

SUPLEMENTO DA
REVISTA

ACIM

ANO 29 - Nº 320 - ABRIL/92
Publicação mensal da



**Associação Comercial e Industrial
de Maringá - ACIM**

Rua Néo Alves Martins, 2321
Fone (0442) 26-1331
Fax (0442) 23-5007
S.P.C. (0442) 26-2299
Telex (442) 168
Caixa Postal, 1033
MARINGÁ - PARANÁ
DIRETOR RESPONSÁVEL
Luiz Carlos Masson
EDITOR RESPONSÁVEL
Regina Daefiol - MT-2538-PR
CONSULTORES RESPONSÁVEIS
Área Contábil
Antônio Barison Martins
Área Jurídica
Isabela M^ª P. P. Renzetti
Área Econômica
José Adirson Gianotto Nascimento
PRODUÇÃO GRÁFICA E
EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Editora Organsil
Fones (0442) 24-9365 e 24-5005

Grau 1 (riscos leves - taxa 1%)
201 - Comércio atacadista
 15(0) Matéria-prima e manufatura de couro, peles e borracha
 18(0) Instrumentos musicais e discos
 22(0) Brinquedos
202 - Comércio varejista
 04(2) Leiterias
 05(0) Farmácias, drogarias e perfumarias
 06(0) Tecidos, roupas, calçados e armarinhos
 08(1) Sala de exposição e vendas de automóveis, sem serviço de demonstração, sem garagem ou oficina
 10(1) Livraria e papelaria
 (2) Papelaria sem tipografia, embora com confecção de cartões de visita
 12(0) Ótica, fotografias, jóias e relógios
 (1) Ótica sem fabricação de aparelhos
 15(0) Vendas lotéricas
 17(0) Lojas de Leiloeiros
 18(0) Instrumentos musicais e discos
 20(0) Comércio de flores naturais e artificiais
 23(0) Artigos ortopédicos
 24(0) Artigos para fumantes
 25(0) Brinquedos
 29(0) Artigos religiosos
 31(0) Couros e peles
301 - Empresas de seguros privados e capitalização
 01(0) Seguros e capitalização
 02(0) Sorteios
 03(0) Corretores de fundos públicos e câmbio
302 - Estabelecimentos bancários
 01(0) Bancos e casas bancárias
303 - Empresas de financiamento, investimento e crédito
 01(0) Financiamento, investimento e crédito
501 - Empresas ferroviárias urbanas

03(0) Administração (agências)
503 - Empresas rodoviárias urbanas
 03(0) Administração (agências)
601 - Empresas de comunicação
 05(0) Serviços de telecomunicações
 06(0) Empresa postal
603 - Empresas de radiodifusão
 02(0) Estações de televisão
604 - Empresas jornalísticas
 01(0) Empresas proprietárias de jornais e revistas (sem oficina gráfica)
 01(1) Empresas proprietárias de jornais e revistas (com oficina gráfica)
 02(0) Distribuidores de jornais e revistas
701 - Estabelecimentos de ensino
 01(0) Ensino pré-primário
 02(0) Ensino primário
 03(1) Ensino médio (secundário), sem ciências experimentais
 (2) Ensino médio (secundário), com ciências experimentais
 04(1) Ensino técnico, sem ciências experimentais
 05(1) Ensino superior, sem ciências experimentais
 (2) Ensino superior, com ciências experimentais
 06(1) Estabelecimentos de aprendizagem profissional da indústria e do comércio, sem ciências experimentais
 (2) Estabelecimentos de aprendizagem profissional da indústria e do comércio, com ciências experimentais
 99(0) Outros estabelecimentos de ensino
 (1) Sem ciências experimentais
 (2) Com ciências experimentais e auto-escolas
 (3) Entidades culturais e de bem-estar social
702 - Empresas de difusão cultural e artística
 01(0) Orquestras, bandas de música e similares
 02(0) Grupos teatrais e folclóricos
 03(0) Outros Estabelecimentos de cultura
703 - Estabelecimentos de cultura física
 01(0) Ginástica
 02(0) Academias de lutas
 99(0) Outros estabelecimentos de cultura física
801 - Serviços públicos
 99(9) Ministérios, autarquias e outros órgãos do serviço público federal, estadual ou municipal com atividades predominantes burocráticas
803 - Serviços pessoais
 01(0) Salões de barbeiros, cabeleireiros e manicures
 04(0) Serviços de lustradores de

calçados

804 - Consultórios e escritórios de profissionais liberais

01(0) Consultórios de advogados

02(0) Consultórios médicos

04(0) Consultórios odontológicos

cos

06(0) Escritórios de economia

07(0) Escritórios de estatística

08(0) Escritórios de contabilidade

de

09(0) Escritórios de arquitetura

10(0) Escritórios técnicos (consultorias), Téc de Administração

11(0) Escritórios de desenho

12(0) Escritórios de atuária

13(0) Compositores artísticos, musicais e plásticos

musicais e plásticos

99(0) Outros não classificados

805 - Escritórios comerciais

(exceto de profissionais liberais)

01(0) Corretores de mercadorias, inclusive jóias e pedras preciosas

03(0) Despachantes

04(0) Representantes comerciais; consignações

consignações

05(0) Escritórios de datilografia; tradução e informação

tradução e informação

06(0) Escritórios de firmas comerciais, inclusive administradoras de bens móveis

(1) Empresas de vendas e cobranças a domicílio (com empregados não viajando)

07(0) Escritórios de colocação e registros diversos; cartórios

08(0) Escritórios de firmas industriais; agentes de propriedade industrial

09(0) Corretores de navios

99(0) Diversos não classificados

807 - Serviços diversos

01(0) Partidos políticos

02(0) Associações de classe; sindicatos; federações, confederações, etc

04(0) Conventos, mosteiros e sociedades religiosas

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

06(1) Funerária, sem trabalho de madeira

Seguro desemprego

A Lei 8352, de 28.12.91 estabelece nos arts. 3º e 4º que, em caráter excepcional e por prazo determinado, os trabalhadores demitidos sem justa causa no período compreendido entre 1º de janeiro de 1992 e 30 de junho de 1992 ficam dispensados, no ato do requerimento do seguro-desemprego, da comprovação do critério de habilitação de que trata o inciso II do art. 3º da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990. O benefício do seguro-desemprego, para o trabalhador desempregado que se enquadre nas condições estabelecidas acima, será concedido por um período máximo de três meses, de forma contínua, independentemente do período aquisitivo mencionado no parágrafo único do art. 4º da Lei 7998, de 11 de janeiro de 1990.

Permanece ainda a obrigatoriedade de comprovar:

a) - ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data de dispensa.

b) - não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação

continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei nº 6367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei nº 5890, de 08 de junho de 1973.

c) - Não estar em gozo do auxílio-desemprego; e

d) - não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

Íntegra do inciso II do art. 3º da Lei nº 7998, de 11.01.90:

“II - ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses”;

Íntegra do parágrafo único do art. 4º da Lei 7998, de 11.01.90.

“Parágrafo único - O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no art. 3º desta Lei, à excessão do seu inciso II”.

Definição de dependentes

Consideram-se dependentes para fins de Imposto de Renda:

1) - o cônjuge, na constância da sociedade conjugal;

2) - a companheira que viva com o contribuinte há 5 (cinco) anos, pelo menos, e esteja incluída entre seus dependentes perante a Previdência Social, desde que estejam impedidos de se casar, em decorrência de desquite de qualquer um deles;

3) - os filhos menores de 21 anos, os maiores até 24 anos que estejam cursando escola superior, salvo quando possuam rendimentos próprios e os inválidos de qualquer idade;

4) - independentemente de idade, as filhas solteiras, as abandonadas sem recurso pelo marido ou viúvas sem rendimentos;

5) - pessoa pobre, menor de 21 anos, ou maior até 24 anos que esteja cursando escola superior e que não tenha rendimentos, desde que o contribuinte esteja criando ou edu-

cando;

6) - descendentes até 21 anos ou inválidos de qualquer idade, que não possuam recursos.

Da renda bruta poderão ser abatidas, também, a título de encargo de família, as importâncias efetivamente pagas a título de alimentos ou pensões em cumprimento de acordo ou decisão judicial, ou se admissíveis em face da lei civil quando comprovadamente prestados a ascendentes e a irmã ou irmão por incapacidade de trabalho. Caso o valor não tenha sido fixado pelo juiz, abater-se-á a importância equivalente ao abatimento de filho.

Não serão considerados dependentes as pessoas que apresentem sua declaração de rendimentos em separado.

A fim de comprovar a existência de dependentes, o empregado deve firmar perante a empresa a “Declaração de Encargos de Família para fins de IR”.

DEPRECIAÇÃO

O Ato Declaratório 32 CST, de 20.02.92, e o Ato Declaratório 36 CST, de 28.02.92, estabeleceram os valores médios da Unidade Fiscal de Referência (UFIR) para os meses de janeiro e fevereiro de 1992, para cálculo da amortização - depreciação - exaustão.

Janeiro/92.....	Cr\$ 657,20
Fevereiro/92.....	Cr\$ 831,48

Segurado da Previdência Social

São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

a) - aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural em caráter não eventual a empresa, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

b) - aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, por prazo não superior a três meses, prorrogável, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço de outras empresas, na forma da legislação própria;

c) - o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;

d) - o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;

e) - aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a eles subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país de respectiva missão diplomática consular;

f) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente no país do domicílio;

g) - o bolsista e o estagiário que prestam serviços a empresa em desacordo com os termos da Lei nº 6494, de 07.12.77;

II - como empregado doméstico -

Aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividade sem

fins lucrativos;

III - como empresário:

a) - o titular de firma individual urbana ou rural;

b) - o diretor não empregado;

c) - o membro de Conselho de Administração, na sociedade anônima;

d) - todos os sócios, na sociedade em nome coletivo;

e) - o sócio cotista que participa da gestão ou que recebe remuneração decorrente de seu trabalho, na sociedade por cotas de responsabilidade limitada, urbana ou rural;

f) - todos os sócios, na sociedade de capital e indústria;

g) - o associado eleito para cargo de direção, observada a legislação pertinente, na Sociedade Cooperativa;

IV - como trabalhador autônomo:

a) - aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;

b) - aquele que exerce, por conta própria, atividade econômica remunerada de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;

c) - são trabalhadores autônomos, dentre outros:

1. O condutor autônomo de veículo rodoviário, assim considerado aquele que exerce atividade profissional sem vínculo empregatício, quando proprietário, co-proprietário ou promitente-comprador de um só veículo;

2. aquele que exerce atividade auxiliar de condutor autônomo de veículo rodoviário, em automóvel cedido em regime de colaboração, nos termos da Lei nº 6094, de 30.08.74;

3. aquele que, pessoalmente, por conta própria e a seu risco, exerça pequena atividade comercial em via pública ou de porta em porta, como comerciante ambulante, nos termos da Lei nº 6586, de 06.11.78;

4. o trabalhador associado a cooperativa de trabalho que, nessa situação, presta serviço a terceiros;

5. o membro de Conselho Fiscal de Sociedade por Ações;

6. aquele que presta serviço de natureza não contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, sem fins lucrativos;

7. o titular de serventia da Justiça, não remunerado pelos cofres públicos, enquanto não filiado a sistema próprio de previdência social;

8. aquele que, na condição de feirante-comerciante, compra para revenda produtos hortifrutigranjeiros ou assemelhados;

9. o incorporador de que trata o art. 29 da Lei 4591, de 16.12.64, e o construtor de obra de construção civil;

V - como equiparado a trabalhador autônomo, além de outros casos previstos em legislação específica:

a) - aquele que, proprietário ou não, explora atividade agropecuária, pesqueira ou de extração de minerais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizado a qualquer título, ainda que de forma não contínua;

d) - o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo;

c) - o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando amparado por sistema próprio de previdência social;

d) - o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando amparado por sistema de previdência social do país do domicílio;

e) - o médico-residente de que trata a Lei nº 6932, de 07.07.81, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8138, de 28.12.90;

VI - como trabalhador avulso - aquele que, sindicalizado ou não, presta serviço de natureza urbana ou rural, sem vínculo empregatício, a diversas empresas, como intermediação obrigatória do sindicato da categoria, assim considerados:

a) - o estivador, inclusive o trabalhador de estiva em carvão e minério;

Atualização de valores

A Instrução Normativa 13, DRF, de 18.02.92, atualiza os valores para o exercício financeiro de 1992.

- b) - o trabalhador em alvarenga;
- c) - o conferente de carga e des-carga;
- d) - o consertador de carga e des-carga;
- e) - o vigia portuário;
- f) - o amarrador de embarcação;
- g) - o trabalhador em serviço de bloco;
- h) - o trabalhador de capatazia;
- i) - o arrumador;
- j) - o ensacador de café, cacau, sal e similares;
- l) - o trabalhador na indústria de extração de sal;
- m) - o carregador de bagagem em porto;
- n) - o prático de barra em portos;
- o) - o guindasteiro;
- p) - o classificador, o movimentador e o empacotador de mercadoria;
- q) - outros assim classificados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS);

VII - como segurado especial - o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, pescador artesanal e seus assemelhados, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem comprovadamente com o grupo familiar respectivo e que exerçam essas atividades nas seguintes condições:

- a) - individualmente ou em regime de economia familiar;
- b) - com ou sem auxílio eventual de terceiros;

Considera-se diretor empregado aquele que, participando ou não do risco econômico do empreendimento, seja contratado ou promovido para cargo de direção, mantendo as características inerentes à relação de emprego.

Entende-se por serviço prestado em caráter não eventual aquele relacionado direta ou indiretamente com as atividades normais da empresa.

Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercida em condições de mútua dependência e colaboração, sem utilização de empregado.

Entende-se como auxílio eventual de terceiros o que é prestado ocasionalmente em condições de mútua colaboração, não existindo subordinação nem remuneração.

Ativo Permanente: O custo de aquisição de bens do ativo permanente não poderá ser deduzido como despesa operacional, salvo se o bem adquirido tiver valor unitário não superior a 394,13 UFIR, ou prazo de vida útil que não ultrapasse um ano. Os limites a serem observados em cruzeiros são:

Janeiro

394,13 x 597,06 = Cr\$ 235.319,26

Fevereiro

394,13 x 749,91 = Cr\$ 295.562,03

Março

394,13 x 945,64 = Cr\$ 372.705,09

Alienação do único imóvel - pessoa física: O inciso I do artigo 22 da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 30 da Lei nº 8134, de 27 de dezembro de 1990, e art. 21 da Lei nº 8218, de 29 de agosto de 1991, estabelece que o valor decorrente da alienação do único imóvel que o titular possua, desde que não tenha realizado outra operação nos últimos cinco anos e o valor da alienação não seja superior ao equivalente a

551.780,24 UFIR, está excluído na determinação do ganho de capital para efeito do imposto de renda. Os valores a serem observados em cruzeiros são:

Janeiro

551.780,24 x 597,06 = Cr\$ 329.445.910,10

Fevereiro

551.780,24 x 749,91 = Cr\$ 413.785.519,80

Março

551.780,24 x 945,64 = Cr\$ 521.785.466,20

Gratificação a empregado: A despesa operacional relativa às gratificações pagas aos empregados, seja qual for a designação que tiverem, excluído o 13º salário, não poderá exceder a importância anual de 788,26 UFIR para cada um dos beneficiados.

Prejuízo no recebimento de créditos: O prejuízo no recebimento de créditos, quando de valor inferior a 417,78 UFIR por devedor, poderá ser deduzido como despesa operacional, após decorrido um ano de seu vencimento, independentemente de se terem esgotado os recursos para sua cobrança.



CENTRAL:

AV. PARIGOT DE SOUZA, 391 - FONE: (0442) 24-5344

POSTO AV. LUIZ TEIXEIRA MENDES

AV. LUIZ TEIXEIRA MENDES, 680 - FONE: (0442) 24-0380

MARINGÁ-PR

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS – PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE BENS – INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

DISCRIMINAÇÃO		A ANO 1990	B ANO 1991	C VALOR EM UFIR
1. Imóvel quitado 1.1 sem benfeitorias	tipo: (casa, apartamento, lote, terra nua, etc.) localização, data, forma de aquisição, CPF/CGC do vendedor.	Cr\$ valor de aquisição	Cr\$ valor aquisição	valor mercado 31-12-91 <u>597,06</u>
1.2. com benfeitorias	idem e benfeitorias discriminadas em separado, citando valor e data da realização.	valor da benfeitoria	idem	idem
2. Imóvel financiado 2.1. pronto ou em construção através de incorporadora	nome instituição credora, condições de empréstimo	soma valores pagos até 31-12-90	soma valores pagos até 31-12-91	preço venda à vista do imóvel pronto <u>597,06</u>
2.2. em construção com recursos próprios ou obra por administração	idem	soma valores pagos até 31-12-90		preço de mercado na fase em que se encontrava a construção em 31-12-91 <u>597,06</u>
poupança prévia para aquisição de casa própria Imóvel adquirido por permuta	"Poupança prévia para aquisição de casa própria" tipo do imóvel (casa, apartamento, etc.), localização informações sobre permuta	soma valores pagos até 31-12-90	soma valores pagos até 31-12-91 valor corrigido do imóvel dado em permuta + torna (se houver)	valor de mercado em 31-12-91 <u>597,06</u>
Imóvel adquirido por herança ou legado	tipo do imóvel, localização, nome, CPF e endereços do proprietário anterior		valor avaliação judicial, homologado pela Fazenda Pública.	valor de mercado 31-12-91 <u>597,06</u>
doação	idem		valor avaliação para transmissão ou valor mercado em	valor de mercado em 31-12-91 <u>597,06</u>
Obs.: na declaração do doador ou do espólio devem ser informado: nome, CPF e endereço dos beneficiários, valores e percentuais, se for o caso COLUNA 1991; baixa do bem				
Imóveis rurais	área	valor de aquisição da terra nua em Cr\$	valor de aquisição da terra nua em Cr\$	valor de mercado em 31-12-91 <u>597,06</u>
Obs.: benfeitorias relacionadas no Anexo da Atividade Rural				
Consórcio bem contemplado	administradora, informação s/ data de recebimento do bem	soma dos valores pagos até 31-12-90	soma dos valores pagos até 31-12-91	valor total do bem recebido <u>597,06</u>
bem não contemplado	administradora, nº grupo e quota	soma dos valores pagos até 31-12-90	soma dos valores pagos até 31-12-91	valor prestação 31-12-91 x nº prestações pagas até 31-12-91 <u>597,06</u>
Conta-corrente bancária caderneta de poupança saldo acima de Cr\$ 35.000,00	instituição financeira, praça, nº agência, nº conta	saldo 31-12-90	saldo 31-12-91	-
Obs.: relacionar cada conta				
DER saldo acima de Cr\$ 35.000,00	instituição financeira, valor NCr\$ convertidos em Cr\$	-	saldo 31-12-91	-
NCr\$ bloqueados saldo acima de Cr\$ 35.000,00	instituição financeira, "NCr\$ bloqueados"	saldo 31-12-90	saldo 31-12-91	-
Aplicações financeiras de renda fixa (RDB, CDB, FAF, etc.).	instituição financeira, tipo de aplicação, quantidade de quotas, data da aplicação	saldo 31-12-90	saldo 31-12-91	-

FATORES DE CONVERSÃO E ATUALIZAÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FCAs

DIA/MÊS	JAN/91	FEV/91	MAR/91	ABR/91	MAI/91	JUN/91	JUL/91	AGO/91
1	105,5337	126,8621	135,7425	147,2805	160,4322	174,8550	191,2914	210,1528
2	105,5337	126,8621	135,7425	147,8276	160,4322	174,8550	192,0705	210,1528
3	106,2481	126,8621	135,7425	148,3768	161,0870	174,8550	193,8528	210,1528
4	106,9673	126,8621	136,3266	148,9143	161,0870	175,6261	193,6383	210,1528
5	106,9673	127,2267	136,9132	149,4537	161,0870	176,4006	194,4270	210,1528
6	106,9673	127,5924	137,5023	149,4537	161,7445	177,1966	194,4270	210,1528
7	107,6914	127,9591	138,0940	149,4537	162,4046	177,9962	194,4270	210,1528
8	108,4203	128,3269	138,6882	149,9951	163,0674	177,9962	195,2283	210,1528
9	109,1543	128,3269	138,6882	150,5384	163,7329	177,9962	196,0329	210,1528
10	109,8931	128,3269	138,6882	151,1385	164,4068	178,7994	196,8566	210,1528
11	110,6370	128,3269	139,2850	151,7410	164,4068	179,6062	197,6837	210,1528
12	110,6370	128,3269	139,8843	152,3459	164,4068	180,4166	198,5143	210,1528
13	110,6370	128,6957	140,4862	152,3459	165,0835	181,2307	198,5143	210,1528
14	111,3860	129,1676	141,0907	152,3459	165,7630	182,0485	198,5143	210,1528
15	112,1399	129,6412	141,6978	152,9532	166,4453	182,0485	199,3484	210,1528
16	112,8990	129,6412	141,6978	153,5629	167,1304	182,0485	200,1860	210,1528
17	113,6633	129,6412	141,4978	154,1750	167,8183	182,8700	200,1860	210,1528
18	114,4327	130,2388	142,3075	154,7896	167,8183	183,6952	200,1860	210,1528
19	114,4327	130,8391	142,9198	155,4066	167,8183	184,5241	200,1860	210,1528
20	114,4327	131,4422	143,5348	155,4066	168,5090	185,3567	200,1860	210,1528
21	115,2073	132,0481	144,1524	155,4066	169,2026	186,1931	200,1860	210,1528
22	115,9872	132,6568	144,7727	156,0261	169,8990	186,1931	200,1860	210,1528
23	116,7723	132,6568	144,7727	156,6481	170,5983	186,1931	200,1860	210,1528
24	117,7787	132,6568	144,7727	157,2725	171,3005	187,0333	200,1860	210,1528
25	118,7938	133,2683	145,3956	157,8994	171,3005	187,8773	200,1860	210,1528
26	118,7938	133,8826	146,0212	158,5288	171,3005	188,7251	200,1860	210,1528
27	118,7938	134,4997	146,6495	158,5288	172,0056	189,5767	200,1860	210,1528
28	119,8177	135,1197	146,6495	158,5288	172,7136	190,4321	200,1860	210,1528
29	120,8504	-	146,6495	159,1607	173,4245	190,4321	200,1860	210,1528
30	121,8919	-	146,6495	159,7952	173,4245	190,4321	200,1860	210,1528
31	123,9844	-	146,6495	-	174,1383	-	200,1860	210,1528

DIA/MÊS	SET/91	OUT/91	NOV/91	DEZ/91	JAN/92	FEV/92	MAR/92
1	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	503,5801	615,0727	775,6012
2	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	503,5801	615,0727	775,6012
3	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	508,1789	615,0727	775,6012
4	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	508,1789	621,6010	775,6012
5	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	508,1789	628,1949	783,2532
6	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	512,8197	634,8543	790,9792
7	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	517,5029	641,7437	790,9792
8	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	522,2289	641,7437	790,9792
9	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	526,9900	641,7437	798,7790
10	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	531,8107	648,7066	806,6685
11	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	531,8107	655,7437	814,6319
12	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	531,8107	662,8545	822,6690
13	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	536,6673	670,0471	830,7887
14	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	541,5683	677,3218	830,7887
15	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	546,5141	677,3218	830,7887
16	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	551,5050	677,3218	838,9819
17	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	556,5415	684,6700	847,2567
18	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	556,5415	692,0925	855,6225
19	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	556,5415	699,6051	864,0615
20	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	561,6239	707,1916	872,5906
21	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	566,7528	714,8681	881,2021
22	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	571,9286	714,8681	881,2021
23	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	577,1515	714,8681	881,2021
24	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	582,4222	722,6186	889,8951
25	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	582,4222	730,5247	898,6783
26	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	582,4222	739,8746	907,5437
27	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	587,7411	749,4049	917,1146
28	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	593,1085	762,3883	926,7919
29	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	598,5249	762,3883	926,7919
30	237,1154	273,8446	318,1800	400,4295	603,9908	-	926,7919
31	-	273,8446	-	400,4295	609,5066	-	936,5760

TABELA PRÁTICA

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

INDICADORES MESES	SALÁRIO	SALÁRIO	POUPANÇA	M.V.R.	V.R.F./	U.P.C.	F.G.T.S.	V.R.R.	OVER/	B.T.N.	T.R.	I.S.N.
	MÍNIMO	FAMÍLIA			U.P.F			1º SUB-REGIÃO	FUNDÃO	+ T.R.		
	VAL (Cr\$)	VAL (Cr\$)	REND. %	VAL (Cr\$)	VAL (Cr\$)	VAL (Cr\$)	REND. %	VAL (Cr\$)	REND. %	VAL (Cr\$)	VAR. %	VAR. %
JANEIRO/91	12.325,60	175,30	20,8110	1.885,18	1.386,76	1.498,71	20,5065	1.752,78	19,77	105,5337	-	-
FEVEREIRO/91	15.895,46	226,07	7,5350	2.266,17	1.667,02	1.498,71	7,2639	2.107,02	6,82	126,8621	7,00	-
MARÇO/91	17.000,00	241,78	9,0425	2.266,17	1.783,71	1.498,71	8,7675	2.107,02	8,91	135,7424	8,50	6,76
ABRIL/91	17.000,00	241,78	9,4746	2.266,17	1.935,33	2.091,57	9,1986	2.107,02	9,90	147,2805	8,93	13,16
MAIO/91	17.000,00	241,78	9,5349	2.266,17	2.108,15	2.091,57	9,2588	2.107,02	9,21	160,4327	8,99	14,63
JUNHO/91	17.000,00	241,78	9,9470	2.266,17	2.297,67	2.091,57	9,6698	2.107,02	9,33	174,8556	9,40	10,94
JULHO/91	17.000,00	241,78	10,6002	2.266,17	2.513,66	2.716,59	10,3706	2.107,02	10,60	191,2920	10,05	12,65
AGOSTO/91	17.000,00		12,5097	2.266,17	2.766,28	2.716,59	10,9904	2.107,02	12,74	210,5169	11,95	12,40
SETEMBRO/91	42.000,00		17,3639	2.266,17	3.096,85	2.716,59	13,2305	2.107,02	16,47	235,6736	16,78	24,21
OUTUBRO/91	42.000,00		20,3688	2.266,17	3.616,50	3.908,47	18,1512	2.107,02	21,05	275,2196	19,77	20,47
NOVEMBRO/91	42.000,00		31,1726	2.266,17	4.331,48	3.908,47	23,2112	2.107,02	28,02	329,6305	30,52	23,00
DEZEMBRO/91	42.000,00		29,0621	2.266,17	5.653,45	3.908,47	30,2390	2.107,02	27,93	430,2335	28,42	30,12
JANEIRO/92	96.037,33		26,1074	2.266,17	7.260,16	7.846,29	27,5161	2.107,02	25,36	552,5059	25,48	19,77
FEVEREIRO/92	96.037,33		26,2380	2.266,17	9.110,05	7.846,29	24,8147	2.107,02	25,29	693,2844	25,61	19,69
MARÇO/92	96.037,33		24,8913	2.266,17	11.443,13	7.846,29	24,3984	2.107,02		870,8345	24,27	

MESES	IPC/FIPE			IGP-DI/FGV			INPC/IBGE			TABELA DE INSS (MARÇO)	
	INDICE	VAR. % NO MÊS	VAR. % 12 MESES	INDICE	VAR. % NO MÊS	VAR. % 12 MESES	INDICE	VAR. % NO MÊS	VAR. % 12 MESES	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (Cr\$)	ALÍQUOTA (%)
FEV/91	2.536,92	20,54	754,24	2.289,94	21,11	675,96	145,38	20,20	737,21	ATÉ 276.978,83	8
MAR/91	2.726,68	7,48	412,61	2.455,88	7,25	358,97	162,52	11,79	413,73	DE 276.978,83 ATÉ 461.631,38	9
ABR/91	2.922,73	7,19	357,17	2.670,52	8,74	348,28	170,66	5,01	370,45	DE 461.631,38 ATÉ 923.262,76	10
MAI/91	3.091,08	5,76	345,50	2.844,75	6,53	337,80	182,07	6,68	367,69		
JUN/91	3.393,39	9,78	377,84	3.125,28	9,86	341,19	201,78	10,83	364,30		
JUL/91	3.776,84	11,30	377,80	3.526,20	12,83	340,60	226,28	12,14	362,32		
AGO/91	4.321,46	14,42	347,94	4.072,38	15,49	350,59	261,62	15,62	376,49		
SET/91	5.021,97	16,21	360,13	4.731,87	16,19	368,65	302,49	15,62	382,17		
OUT/91	6.286,00	25,17	397,24	5.957,42	25,90	416,85	366,25	21,08	410,19		
NOV/91	7.882,02	25,39	425,88	7.489,05	25,76	453,19	455,99	26,48	443,26		
DEZ/91	9.714,58	23,25	458,64	9.146,88	22,14	480,18	575,10	24,15	475,10		
JAN/92	12.229,68	25,89	481,09	11.602,00	26,84	513,59	724,17	25,92	498,74		
FEV/92	14.867,63	21,57	486,05	11.478,60	24,79	532,27	901,45	24,48	520,06		

TABELA DO IRRF MARÇO/92		
BASE DE CÁLCULO (Cr\$)	ALÍQUOTA (%)	DEDUÇÃO (Cr\$)
ATÉ 945.640,00	ISENTO	
DE 945.640,01 A 1.843.998,00	15	141.846,00
ACIMA DE 1.843.998,01	25	326.246,00

BTNF + TRD/POUPANÇA - MARÇO/92					
DIA	BTNF	POUPANÇA	DIA	BTNF	POUPANÇA
01	870,8350	26,2381	16	951,1308	23,0579
02	870,8350	26,2381	17	961,4176	24,3888
03	870,8350	26,2381	18	971,8157	24,3052
04	870,8350	24,8125	19	982,3262	24,2216
05	880,6054	24,7876	20	992,9504	24,1381
06	890,4855	24,7624	21	1.003,6895	24,0546
07	900,4765	24,7378	22	1.003,6895	22,6448
08	900,4765	23,3292	23	1.003,6895	22,6448
09	900,4765	23,3292	24	1.014,5448	23,9712
10	910,5795	24,7129	25	1.025,5174	23,8879
11	920,7037	24,6755	26	1.036,6037	23,8046
12	930,7912	24,6182	27	1.047,8200	23,7219
13	940,9351	24,5337	28	1.059,1526	23,6382
14	951,1308	24,4725	29	1.059,1526	24,8913
15	951,1308	23,0579	30	1.059,1526	24,8913
			31	1.070,6077	24,8913

TAXA REFERENCIAL DE JUROS (TR)/UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA (Ufr)					
MAR/92	T.R.D. ÍNDICE ACUMULADO NO ANO	Ufr VALOR (Cr\$)	DIA	T.R.D. ÍNDICE ACUMULADO NO ANO	Ufr VALOR (Cr\$)
			1	6,8644219	945,64
			2	6,8644219	945,64
			3	6,8644219	945,64
			4	6,8644219	945,64
			5	6,9414383	954,97
			6	7,0193188	964,39
			7	7,0980731	973,91
			8	7,0980731	973,91
			9	7,0980731	973,91
			10	7,1777110	983,52
			11	7,2575160	993,23
			12	7,3370310	1.003,03
			13	7,4169915	1.012,93
			14	7,4973597	1.022,92
			15	7,4973597	1.022,92
			16	7,4973597	1.022,92
			17	7,5784462	1.033,01
			18	7,6604098	1.043,21
			19	7,7432598	1.053,50
			20	7,8270059	1.063,90
			21	7,9116577	1.074,40
			22	7,9116577	1.074,40
			23	7,9116577	1.074,40
			24	7,9972250	1.085,00
			25	8,0837178	1.095,71
			26	8,1711460	1.106,52
			27	8,2595198	1.118,19
			28	8,3488494	1.129,99
			29	8,3488494	1.129,99
			30	8,3488494	1.129,99
			31	8,4391452	1.141,92

REAJUSTE DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO						
MÊS/ PERIODICIDADE	MARÇO/92					
ÍNDICES DE REAJUSTE	MENSAL	BIM.	TRIM.	QUAD.	SEM.	ANUAL
IPC/FIPE	21,57	53,04	88,63	136,52	244,04	486,05
IGP-DI/FGV	24,79	58,28	93,33	143,14	255,53	532,27
IGP-M/FGV	27,86	57,98	95,31	145,36	245,80	519,28
IPC/FGV	23,88	55,72	92,78	141,67	250,17	534,55
INPC/IBGE	24,48	58,00	94,60	146,13	244,56	520,06
TR	26,51	57,61	102,41	164,19	269,51	541,53
ISN (*)	-	-	-	-	-	-

SALÁRIO FAMÍLIA					
AGOSTO - 91		SET/OUT/NOV/DEZ - 91		JAN/FEV/MAR - 92	
ATÉ 51.000,00	1.360,00	ATÉ 126.000,60	3.360,02	ATÉ 276.978,83	7.386,11
ACIMA DE 51.000,00	170,00	ACIMA DE 126.000,60	420,00	ACIMA DE 276.978,83	923,26

(*) somente p/ contratos residenciais

Conselho do Jovem Empresário

O Conselho Permanente do Jovem Empresário Maringense foi criado em 3 de novembro de 1990, na gestão do presidente Fernando Henriques. O Conselho é formado por empresários e filhos de empresários com funções nas empresas, com idade até 35 anos. A finalidade do Cope-



jem é dar suporte e preparar as jovens lideranças de Maringá dentro de modernas dimensões empresariais, norteados pelo espírito empreendedor, característica fundamental do empresário do futuro. Estes são os integrantes que estarão à frente das atividades do Copejem na gestão 92/93: **Presidenta:** Olga Elizabeth Moleirinho - Frigorífico Central Ltda.; **Vice-Presidente:** Mar-

co Xavier G. de Mendonça - Caldeiraria Brasil Ltda.; **Diretor-Adjunto:** Claudio A. Rossi - Tecidos Norte Sul Ltda.; **2º Diretor-Adjunto:** Galileu Limonta Maia - Depósito BR-369; **2º Secretário:** Edson Aparecido Vido - Cerealista Grão Brilhante; **1º Tesoureiro:** José Fernando Alves Henriques - Comercial A. S. Alves S/A; e **2º Tesoureiro:** José Rubens Abrão - Casa Santa Terezinha.

Nova diretoria começa a trabalhar

A nova diretoria realizou sua primeira reunião no dia 16 de março. Todos os diretores estiveram presentes, com exceção do diretor de Eventos e Promoções, Fernando Vieira Raimundo, que estava nos Estados Unidos.

Na reunião cada um dos diretores levou sugestões, que foram discutidas, para a posterior formulação do plano de trabalho para o primeiro semestre deste ano. Com a divisão de funções entre a diretoria executiva, estabelecida pelo novo estatuto, muitas mudanças serão implementadas na forma de atuação da entidade nesta gestão.

No mesmo dia foi realizada também a primeira reunião do Conselho Deliberativo empossado no dia 11. Na ocasião Fernando Henriques foi eleito, por aclamação, o novo presidente do Conselho Deliberativo. O empresário Paulo de Moraes Badan foi escolhido como secretário.



A nova diretoria se reuniu pela primeira vez no dia 16 de março

No dia 17 o Conselho da Mulher Empresária se reuniu pela primeira vez depois da posse. Estiveram presentes todas as componentes do Conselho, que discutiram o plano de trabalho para este ano. As empresárias do Conselho já estão com 4 cursos previstos para serem realizados até julho deste ano. Além disso, ainda este mês, o Conselho vai promover a Feira de Ponta de Estoque, que promete movimentar o comércio.



DEVILLE

MARINGÁ

- **ALMOÇO EXECUTIVO DE 2ª FEIRA A SÁBADO**
- **JANTAR ROMÂNTICO COM PIANO, DE 2ª A SÁBADO**
- **DIXIE BAR**
DAS 18:00 ÀS 02:00 HORAS
BARMAN INTERNACIONAL
- **HAPPY HOUR BAR**
DAS 18:00 ÀS 20:00 HORAS
(DESCONTOS ESPECIAIS)
- **SAUNA**
DAS 17:00 ÀS 22:00 HORAS
- **SEGUNDA LUA DE MEL**
PACOTE: SEXTAS-FEIRAS
- **WELLCOME DRINK**
NO DIXIE BAR
- **JANTAR À LUZ DE VELAS**
COM PIANO, NO RESTAURANTE, ("MENU" SUGESTÃO DO CHIEF)
- **PERNOITE EM APARTAMENTO LUXO**
- **CAFÉ DA MANHÃ**
(INESQUECÍVEL) NO COFFEE SHOP, EM BUFFET.
- **RESERVAS DE MESA**
RAMAL 7, COM DELFINO
- **RESERVAS DE APARTAMENTO**
RAMAL 8, COM MARINA

Todas estas facilidades à disposição de pessoas de bom gosto de Maringá e Região.

HOTÉIS

Deville

Hospedagem em grande estilo

Av. Herval, 26 - Fone: (0442) 26-1001
Telex (442) 211 - Fax: (0442) 26-1977
MARINGÁ - PR

Encol chega a Maringá

Um almoço, na Churrascaria Galetto Sulino, e um café da manhã, no Hotel Deville, foram os dois primeiros contatos entre a imprensa de Maringá e a Construtora Encol, que está implantando na cidade, a partir deste mês, a sua 21ª Regional. A Encol foi fundada há 31 anos na cidade de Goiânia e hoje tem filiais por todo o país.

A escolha de Maringá para receber mais uma Regional da empresa faz parte da estratégia da Encol de expandir atividades em regiões de grande potencial econômico. Além

disso, o fato de Maringá ser uma das cidades mais arborizadas do Brasil contribuirá para que a Construtora mostre sua preocupação com a harmonia entre construção e meio

ambiente.

Com 22 mil funcionários, em suas 20 filiais em atividade, a Encol fatura mais de US\$ 800 milhões por ano. Em 1991, a empresa construiu 3,1 milhões de metros quadrados, o que representa a viabilização simultânea de 26 mil unidades, ou moradia suficiente para 100 mil pessoas. Estes números dão à Construtora a condição de 6ª maior empresa brasileira em liquidez e capital de giro, o 16º lugar na geração de empregos e a 29ª posição em faturamento.

Para os primeiros contatos com a imprensa estiveram em Maringá Luís Fernando Valle, superintendente Regional da Encol; Pedro Scucuglia, da CGD Propaganda; Liliane Valle, gerente de Marketing da Encol e Cláudia Romariz, da Target Comunicação Empresarial.



Antes de iniciar suas atividades em Maringá, a Encol foi apresentada aos jornalistas da cidade

Agenda da diretoria

A diretoria da Associação Comercial e Industrial de Maringá cumpriu a seguinte agenda nos meses de fevereiro e março:

No dia 28 de fevereiro, às 20 horas, Fernando Henriques participou da sessão solene de entrega do título de Cidadão Benemérito de Maringá para o empresário Francisco Feio Ribeiro, na Câmara Municipal.

No dia 06 de março, Fernando Henriques participou da abertura da exposição de fotografias e documentos "35 Anos da Diocese de Maringá", no Paço Municipal. No dia 12 a diretoria da ACIM visitou as futuras instalações do Mercadorama em Maringá. Na oportunidade esteve presente também o empresário Roberto Demeterco, um dos sócios do empreendimento.

No dia 13 de março os diretores Valdecir de Britto e Luis Carlos Masson participaram do coquetel de inauguração do auditório da Sociedade Médica de Maringá. Já no dia 16, Olga Moleirinho

e José Fernando A. Henriques participaram da I Mostra de Empresas, no auditório Ney Marques. A promoção foi da Empresa Júnior de Consultoria da UEM.

Os diretores Gilson Barbiero e Milton Morita estiveram presentes, no dia 17, à solenidade de início das atividades do DTA - Departamento de Tecnologia Agroindustrial de Maringá, do Instituto de Tecnologia do Paraná. No dia 19, o diretor Sabas Martins Fernandes participou da inauguração da creche Desembargador Zeferino Mozzato Krukoski, no conjunto João de Barro Thaís.

No dia 19, o presidente Massao Tsukada esteve presente em sessão solene na Câmara Municipal, com a presença do desembargador Luis Renato Pedroso, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

O diretor Pedro Granado Martines participou, no dia 20, da solenidade de entrega do título de Cidadania Benemérita de Maringá ao dr. Mau-

ílio Correia Pinho, no auditório Hélio Moreira.

No dia 21 o presidente Massao Tsukada, o presidente da Cacinar, Fernando Henriques, e Carlos Previdelli participaram de reunião da FACIP, em Ponta Grossa. No mesmo dia, as componentes do Conselho da Mulher Empresária da ACIM participaram, em Londrina, do 8º Encontro Paranaense de Mulheres Empresárias. A promoção foi do Conselho da Mulher Empresária da Associação Comercial e Industrial de Londrina. Também no dia 21 a diretora Noemi de Oliveira Seravalli participou da inauguração da loja da Brasimac em Maringá.

No dia 22, o presidente Massao Tsukada participou da celebração eucarística em comemoração aos 35 anos da diocese de Maringá, no ginásio Chico Netto. No mesmo dia, o diretor Moacir Somaggio participou do ato solene de outorga do título de Cidadania Benemérita do Paraná ao pastor João Barbosa Macedo. A solenidade aconteceu na igreja evangélica Assembléia de Deus.

NOVOS SÓCIOS

BAMERINDUS

Ag. Jardim Alvorada
Av. Pedro Taques, 2175
fone: 28-4242

DECOMAR

Av. Brasil, 6727 - fone: 24-2379
Comércio de materiais para construção

ETIQUETAS CANÇÃO

Av. Mauá, 1986 - fone: 22-0473
Indústria e comércio de etiquetas

C. M. SERVIÇOS ESPECIAIS

Rua das Tipuanas, 368
fone: 62-2993

Prestação de serviços de custódia de portarias, conservação e limpeza.

VERONE MÓVEIS

Av. São Paulo, 1150 - fone: 23-6656
Comércio de móveis e eletrodomésticos

BARIFRIO

Av. Brasil, 4977 - fone: 24-7260
Indústria e comércio de refrigeração

TELEPAR

Av. Carneiro Leão, 135 - 14º andar - sala 1401
fone: 62-2552

COSMARI COMÉRCIO DE COSMÉTICOS - LAVARENE

Rua Néo Alves Martins, 1566
fone: 22-6572

Comércio e representação de cosméticos

CHOCOLART

Rua Santos Dumont, 2138
fone: 23-3965

Indústria e comércio de chocolates e doces

CONTREL - CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS

Av. Gastão Vidigal, 716 - fone: 22-9891
Serviços gerais em engenharia elétrica

POSTO NOVO HORIZONTE

Av. Cerro Azul, 1685 - fone: 22-9482
Comércio de combustíveis

SUPERMERCADO

MERCADORAMA

Av. Tuiuti, 710 - fone: 23-2277

A saída pela negociação

Inquilinos e proprietários também entram na luta pela queda da inflação e renovam os contratos de aluguéis com reajustes menores do que os índices divulgados pelo governo

Vera Regina

Diante da queda nas vendas e das poucas perspectivas de reaquecimento para a economia, os empresários maringenses têm procurado de todas as formas saídas para reduzir os custos e racionalizar as despesas. A palavra do momento é o acordo. A ordem é negociar com a indústria a compra de produtos por preços e prazos mais favoráveis. Dentro das empresas diretores e funcionários se unem na guerra contra o desperdício.



Em Maringá a negociação tem sido a tônica no mercado imobiliário

São batalhas diárias com objetivo de minimizar os gastos para evitar dispensa de funcionários, uma vez que em 1991 o enxugamento foi tão acentuado, que hoje as empresas trabalham no limite. Outra forma encontrada por empresários e trabalhadores para evitar mais demissões foram os acordos de redução de jornada de trabalho e de salários. Atitude que inaugurou uma nova era na relação capital-trabalho.

SURPRESA: Mas as transformações nas relações econômicas não ficam só nos acordos entre comércio, indústria e trabalhadores. As negociações ocorrem em todos os níveis. Algumas até causam surpresa. É o caso do reajuste dos aluguéis. Nos últimos anos era comum o inquilino aceitar um reajuste acima dos índices divulgados pelo governo. Hoje, está ocorrendo justamente o contrário.

A explicação para esta inversão é simples. Antigamente, apesar da inflação, os salários ainda tinham poder de compra, o que movimentava o comércio e a indústria. Agora com inflação e recessão – a economia parou. Desta forma para que não fiquem com os imóveis fechados os proprietários es-

tão sendo obrigados a negociar reajustes bem abaixo dos índices estipulados pelos órgãos federais.

COMPENSAÇÃO: Em alguns casos, os novos contratos de locação são fechados até pela metade do índice divulgado pelo governo. Segundo proprietários de imobiliárias de Maringá, esta redução viria para compensar os aumentos do passado. Mesmo porque se os locadores não aceitassem a nova realidade, dificilmente encontrariam pessoas dispostas a alugar seus imóveis. Com a adoção dos índices oficiais, os preços dos aluguéis ficariam

lucro algum deixando seu imóvel fechado.

Esta nova realidade do mercado comprova que quanto menor a interferência do poder público no dia-a-dia da sociedade, a economia tende a se disciplinar, sem abusos e com racionalidade. Os anos demonstram que quando o governo contém gastos e investe o que arrecada com os tributos em obras para a melhoria de vida da população, as relações sócio-econômicas ocorrem sem altos e baixos. Afinal o mercado deve ser comandado pela lei da oferta e da procura.

proibitivos.

Os acordos têm sido também a fórmula encontrada para evitar o êxodo dos comerciantes da região central da cidade para os bairros mais afastados, onde os aluguéis são mais baratos. A negociação é a melhor saída para os comerciantes, que assim evitam despesas extras com mudanças das instalações e da fase de adaptação ao novo local, o que reflete diretamente no volume de vendas. E também para o proprietário, que não teria

Os impostos e taxas, as contas de água, luz e telefone, os encargos sociais e o aluguel têm sido um verdadeiro tormento na vida do empresário. Os constantes

reajustes, muitos estipulados por acordos de reescalonamento da dívida externa do país, e a falta de poder de reivindicar índices menores, deixam o empresário sem perspectivas. Por estar mais próximo do seu poder de negociação, o aluguel passa a ser uma importan-

Solução caseira

te fonte de redução de despesas.

O caminho buscado tem sido o acordo. Os novos contratos de locação são fechados dentro das condições de pagamento do inquilino. Uma solução caseira que mostra bem a realidade brasileira do momento. A falta de dinheiro tem forçado mudanças que já deveriam ter ocorrido há muito tempo. E só com estas mudanças é que o país poderá caminhar para a estabilização da economia.

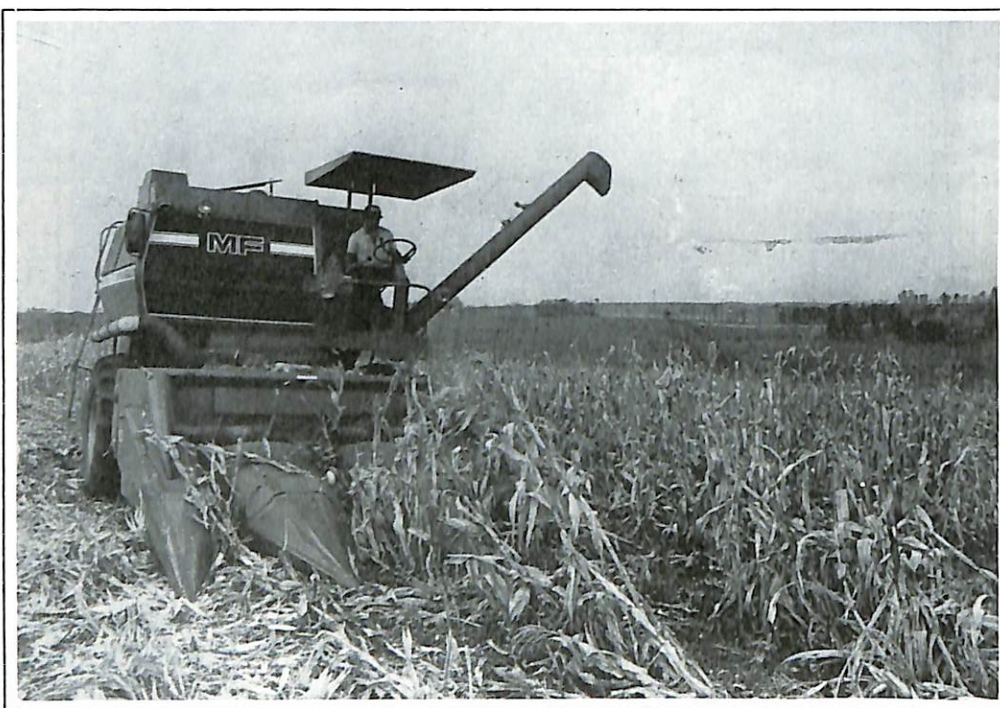
Perdas devem prejudicar comércio

As quebras da safra de verão devem comprometer as expectativas de vendas no comércio de Maringá. Esta é a previsão de especialistas ligados ao setor agrícola, que afirmam que o momento é de cautela. Mais uma vez, o produtor não obterá bons rendimentos com a lavoura

Este ano começou com uma grande esperança depositada na safra de verão, como um dos meios de conter a inflação. A previsão de produção que o governo federal vem anunciando desde o final do ano passado está na casa de 69 milhões de toneladas. Uma supersafra, como vem afirmando o ministro da Agricultura, Antonio Cabrera. Uma safra normal, colocam os produtores, já que os números do ano passado – quando o país colheu pouco mais de 53 milhões de toneladas – é que foram baixos.

Partindo dos números do governo – se eles realmente se concretizarem no final da colheita – lideranças e especialistas do setor agrícola afirmam que é arriscado falar em supersafra. Especialmente se for tomado como referência o potencial de produção brasileiro. Segundo dados da Febraban – Federação das Associações de Bancos – em 1985 o valor de toda a produção agrícola brasileira somou US\$ 36,8 bilhões. Em 1991 baixou para apenas US\$ 18,4 bilhões.

Mesmo assim, o salto de produção este ano, sem dúvida, é considerável. Segundo avaliação de muitos especialistas, este aumento de produção poderá representar um salto de 20% na receita bruta da agricultura. E a esperança do governo é que este aumento possa alavancar a retomada do crescimento econômico do



Ivan Amorim

A safra da região deverá registrar altas quebras por causa da estiagem

país.

Alguns analistas vão mais longe, arriscando o palpite de que o campo irá gerar novos investimentos, que por sua vez revitalizarão o consumo e ajudarão no combate à inflação. Segundo estudos de uma empresa de Curitiba – a Etac Mercados – a receita com as principais

da Secretaria de Agricultura, o estado vai colher este ano 11,4 milhões de toneladas, já descontadas quebras de 8% provocadas pela estiagem de janeiro, que em algumas regiões durou mais de 30 dias. Este número é quase 18% superior à safra do ano passado, e representa 20% de toda a produção nacional.

culturas de verão deverá chegar a US\$ 10,7 bilhões, contra US\$ 8,9 bilhões do ano passado. O próprio Ministério da Agricultura espera um superávit comercial de até US\$ 3 bilhões com o aumento das exportações agrícolas e a conseqüente redução das importações.

ESTIAGEM NO CAMINHO: O Paraná também tem previsão de colher uma boa safra de verão. Segundo estimativa do Departamento de Economia Rural – Deral –

Estas foram as principais medidas do governo lançadas para incentivar a comercialização da safra de verão:

- A dívida dos agricultores, estimada em Cr\$ 6 trilhões, ficou prorrogada por 180 dias
- O Tesouro vai repassar US\$ 1,45 bilhão para o Ministério da Agricultura comercializar a safra
- O consumo noturno de energia elétri-

As medidas do governo

ca no campo será subsidiado

- Os agricultores não pagarão mais ICMS nas vendas para o governo federal
 - Os agricultores não pagarão mais ICMS nas operações em Bolsas de Mercadorias
- Além disso, serão liberados mais Cr\$ 650 bilhões para o plantio de trigo da próxima safra. O objetivo do governo é tornar o país auto-suficiente.*

Aquecimento, apesar das quebras

No setor de máquinas agrícolas, a esperança ainda é grande. Apesar das quebras de safra previstas para a região de Maringá, as empresas do ramo esperam um aquecimento em torno de 30%, especialmente na venda de usados e de peças de reposição. "Esperávamos também um aumento nas vendas de máquinas novas, mas as quebras de safra frustraram nossas expectativas", afirma João de Lima Ganem, da Valmar Tratores e Máquinas Agrícolas.

Apesar de o crescimento das vendas não atingir o esperado – os empresários contavam com um aquecimento de 50% – deverá ser significativo. Especialmente porque o ano passado foi um dos piores para o setor. Nunca as vendas foram tão baixas. Na Valmar,

em 91, foram vendidos 40 tratores e apenas 2 colheitadeiras, contra uma média de comercialização de 400 tratores e 150 colheitadeiras que era alcançada até 86. "Nós acreditamos numa recuperação só para o ano que vem. Neste ano será muito difícil", coloca Ganem.

Na Pismel Veículos Automotores as previsões de quebra na safra não derrubaram o otimismo. "Tanto que estamos em fase de investimentos dire-



O setor de máquinas e implementos espera um aquecimento de 30%

cionados ao setor agrícola", explica Julio Cesar Basseti, gerente da divisão agrícola da Pismel. A empresa está apostando no setor de máquinas e implementos usados, já que os novos estão fora do alcance da maioria dos produtores. A previsão é de uma recuperação nas vendas em torno de 30%.

Mas estes números otimistas não estão previstos para todas as regiões do Paraná. O Norte e o Noroeste do estado, sofreram duramente com a estiagem de janeiro. A consequência é a expectativa de índices de quebras muito superiores à média de todo o estados nas principais culturas. A região de Maringá, infelizmente, ilustra bem esta situação. Segundo dados do escritório local do Deral, na cultura do algodão está sendo esperada uma quebra de 30% em relação à estimativa de produção, que é de 50 mil toneladas. Para a soja, a quebra está estimada em 25%, numa produção avaliada em 272 mil toneladas. No caso do milho, as perdas deverão chegar a 32%, numa expectativa de produção de 49 mil toneladas. "É bom lembrar que estas perdas poderão ser ainda maiores. Só sabemos com exatidão com o fim da colheita", afirma Ednaldo Miquelão, chefe do Deral em Maringá.

Esta expectativa de quebra, por si só, representa um duro golpe nas previsões de faturamento do produtor rural. Isto significa, na prática, que dificilmente o agricultor da região terá recuperação significativa no seu poder de compra. Para o comércio esta previsão é sombria, porque as esperanças de aquecimento nas vendas estava no dinheiro que entraria com a safra.

PREÇOS BAIXOS: Segundo Ednaldo Miquelão, se as quebras de safra se confirmarem, deixarão de entrar na região

algo em torno de 50 bilhões de cruzeiros. Isso representa um duro golpe para a economia, especialmente de Maringá.

Outro fato complicador está no preço dos produtos agrícolas. A previsão de boa produção de outros estados já está puxando para baixo os preços. Segundo Miquelão, o único produto que está com preço superior ao da safra passada é a soja, porque sua cotação é regulada pelo mercado externo. No caso do algodão, o preço é o menor dos últimos tempos: em março a arroba estava cotada em US\$

3.90 para o algodão em caroço, contra US\$ 6,54 do mesmo mês do ano passado.

Mesmo com as medidas lançadas pelo governo federal no mês passado (leia box), os produtores da região não acreditam num bom faturamento. "O produtor terá mais tranquilidade para comercializar seus produtos. Mesmo assim, ele receberá um dinheiro que dará para pagar suas dívidas, e olhe lá. Se sobrar alguma coisa, com certeza será empregado no melhoramento da produção". A afirmação é do presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP – Ágide Meneguette, que não acredita num aquecimento considerável no comércio, como nos anos anteriores.

Para ele, até mesmo o setor de máquinas e implementos, que esperava um aquecimento de pelo menos 30% com a safra (leia box), não deverá registrar aumento sensível nas vendas. "O produtor está precisando renovar suas máquinas. Mas ele está muito mais preocupado em sair de suas dívidas e não vai querer encarar financiamentos para aquisição de máquinas", explica Meneguette. "O momento para o produtor é de muita cautela. Sem se entregar ao pessimismo, ele precisa é ter os pés no chão".

POUCO CONSUMO: A expectativa com a safra nas cooperativas agrícolas da região também aponta para o lado da cautela. "Não acredito que haverá uma injeção rápida de recursos na economia



Miquelão: "50 bilhões de cruzeiros deixarão de entrar na economia"

No mercado imobiliário as expectativas em relação à safra de verão são otimistas. O volume de negócios, segundo os empresários, já começa a apresentar um aquecimento. Mas muita gente está esperando para vender imóveis em abril, quando, acreditam, haverá maior valorização em virtude do aumento da procura. É que, nesta época, parte dos recursos gerados pela agricultura são canalizados para o mercado imobiliário.

Confiança na safra

Mesmo este ano não sendo como os melhores, a expectativa dos empresários do setor imobiliário é de que haverá um aquecimento de pelo menos 30% no volume de negócios. "Já em fevereiro e março o movimento foi melhor em relação ao ano passado", afirma

Sabas Martins Fernandes, diretor de Finanças da ACIM e proprietário da Imobiliária Tropical.

Sabas explica que, até janeiro, os negócios no mercado imobiliário da cidade eram comandados pelos dólares remetidos por trabalhadores que estão no Japão. "Como muitos já retornaram, o mercado volta a ter um comportamento normal", explica. "Apesar das perdas, estamos confiantes no mercado porque a safra sempre traz um novo alento".

local, nem mesmo com a safra de trigo. O produtor não terá como voltar a consumir como antes, situação em que se encontra a maioria dos brasileiros". Esta afirmação é de José Fernandes Jardim Júnior, assessor político-social da Cocamar - Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá. Jardim acrescenta que somente o setor de insumos e implementos agrícolas da cidade deverá apresentar uma pequena reação.

Estas previsões se repetem em outras cooperativas. Na Cocari - Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari - a expectativa é de baixa produtividade nas lavouras. "A média de produção deverá ser baixa porque grande parte das propriedades foi castigada pela estiagem de janeiro", afirma Luiz Carlos da Rocha, coordenador do Departamento Técnico e de Insumos da cooperativa. No caso do algodão, segundo o técnico, a previsão é de que 90% dos produtores deverão entrar com pedido de Proagro.

Na área de atuação da Coamo - Cooperativa Agropecuária Mourãoense - as perdas também deverão ser significativas. No caso do algodão, deverão ser menores que as da região de Maringá - cerca de 20%. Mesmo assim suficientes para comprometer a renda dos produtores. "Com estas previsões, todos por aqui já estão temerosos em relação às vendas do comércio", afirma Reinaldo Nogueira, do Departamento Técnico da Coamo.

FATOR PSICOLÓGICO: Para o professor Eurico Mattana Cambuim, do Departamento de Economia da UEM, os problemas do comércio não são decorrentes apenas de uma safra. "Assim como a safra de verão não seria a salvação do comércio", afirma. Ele explica que esta é a terceira safra em que acontecem perdas consideráveis, sem contar as

duas últimas de trigo, em que houve diminuição da área de plantio e problemas com a comercialização. "Então, esta situação de queda nas vendas vem de um processo muito mais profundo, que apenas uma boa safra não conseguiria corrigir".

Segundo ele, o comerciante não deve ter esperança de uma grande movimentação de estoques. "Além dos fatores práticos que vão se refletir no poder aquisitivo do produtor, existe um outro fator, o psicológico. Com o impacto das perdas que deverão ser registradas, naturalmente haverá uma tendência de retração do consumo", explica.

O vice-presidente para Assuntos do Comércio, da Associação Comercial e Industrial de Maringá, Shiniti Ueta, também acredita que a safra de verão não deverá movimentar o comércio como nos bons tempos. "O comerciante terá que procurar novas fórmulas para despertar a necessidade de compra do consumidor. Só assim ele poderá canalizar os recursos

que deverão sobrar para o produtor depois da comercialização da safra".

Ueta coloca que nos últimos anos houve uma mudança no perfil das propriedades rurais da região de Maringá. Com o tempo, elas foram crescendo e hoje as médias e grandes propriedades predominam sobre as pequenas. "Este processo trouxe uma concentração de renda nas mãos de poucos proprietários. Quando as propriedades eram menores, a injeção de dinheiro no comércio local era maior em épocas de safra", explica Shiniti Ueta.

Como saída, Ueta só vê uma opção para o comerciante no momento: a busca de novos produtos e de treinamento para o pessoal, especialmente no caso dos funcionários que trabalham diretamente com vendas. "A própria ACIM deverá organizar cursos e programas de treinamento de pessoal. O comerciante, neste momento, precisa descobrir novas alternativas e oferecer um atendimento mais especializado para atrair o consumidor".



Menegutte: "O produtor precisa ter os pés no chão"

Consultoria a baixo custo

Já está em funcionamento a primeira empresa júnior de Maringá. A Júnior Consultoria foi criada para ajudar as pequenas e microempresas resolverem seus problemas, por um custo bastante acessível

A primeira empresa-júnior de Maringá está funcionando desde o dia 27 de março, quando foi apresentada oficialmente aos empresários da cidade, durante coquetel, na sala Joubert de Carvalho (anfiteatro da Biblioteca Central). A idéia de criar empresas-júnior surgiu no final da década de 60, para contribuir na formação profissional dos universitários em geral.

No Brasil a proposta chegou em 1988, através da Câmara de Comércio Franco-Brasileira. A partir daí foram criadas empresas-juniors em vários pontos do país. A primeira delas foi instalada na Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Por ter sido a pioneira, a empresa-júnior da FGV esteve presente dando subsídios para a criação de todas as outras empresas do gênero.

BAIXO CUSTO: Em Maringá, não foi diferente. A experiência de mais de 3 anos da Fundação Getúlio Vargas serviu de base para o surgimento da Júnior Consultoria da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Nela estão envolvidos os cursos de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração de Empresas. O objetivo da empresa é prestar serviços aos micro e pequenos empresários da cidade e da região.

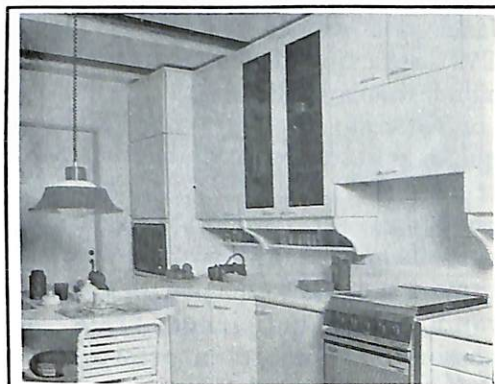
A Júnior Consultoria está estruturada para desenvolver projetos de acordo com a necessidade do cliente. A empresa atuará nas áreas de marketing, finanças e contabilidade, administração geral e O&M, criação de empresas e recursos humanos. Para o empresário, a grande vantagem de recorrer à Júnior Consultoria será o custo dos serviços, bem abaixo dos praticados no mercado.

Por ser uma associação civil sem fins lucrativos, a empresa-júnior vai cobrar apenas o suficiente para cobrir os custos dos projetos. Apesar de ser mais barato, este serviço terá a mesma garantia de projetos desenvolvidos por empresas especializadas em consultoria. Isto porque nenhum projeto será aprovado sem a assinatura dos professores que darão assessoria à Júnior Consultoria.

Esta garantia da UEM deverá ser também um dos atrativos da empresa-júnior. A expectativa dos alunos é de que, com a apresentação da Júnior Consultoria aos empresários de Maringá e região, a procura pelos projetos deverá ser grande. Eles justificam as expectativas, com base em números: em 1991, cerca de 40% das micro e pequenas em-

presas do Paraná fecharam. Um percentual que poderia ser bem menor se os empresários tivessem desenvolvido projetos, que poderiam ter sido elaborados por empresas-juniors.

Embora todos os alunos dos cursos envolvidos possam participar da empresa, ela tem uma diretoria formada por 10 membros. O estatuto da Júnior Consultoria define qual aluno poderá participar. Todos os interessados têm que preencher fichas, onde fazem a opção pela área em que desejam atuar. Após a inscrição, a ficha do aluno é avaliada por uma comissão formada por diretores da empresa e professores da UEM, encarregada de definir também quantos alunos participarão de cada projeto.



A melhor solução em móveis planejados

Para:
 • apartamentos
 • residências e
 • escritórios

PROJETOS E ORÇAMENTOS SEM COMPROMISSO

PARANÁ MÓVEIS

R. Santos Dumont, 1933
 Fone: (0442) 26-5665
 MARINGÁ - PR

MÓVEIS PERSONALIZADOS SOB ENCOMENDA

Em busca de novos espaços

As pessoas portadoras de deficiência correspondem, hoje, a cerca de 10% da população brasileira. Um número superior a 14,5 milhões de habitantes, que a cada dia vêm lutando para provar que são produtivos e têm capacidade para entrar no mercado de trabalho

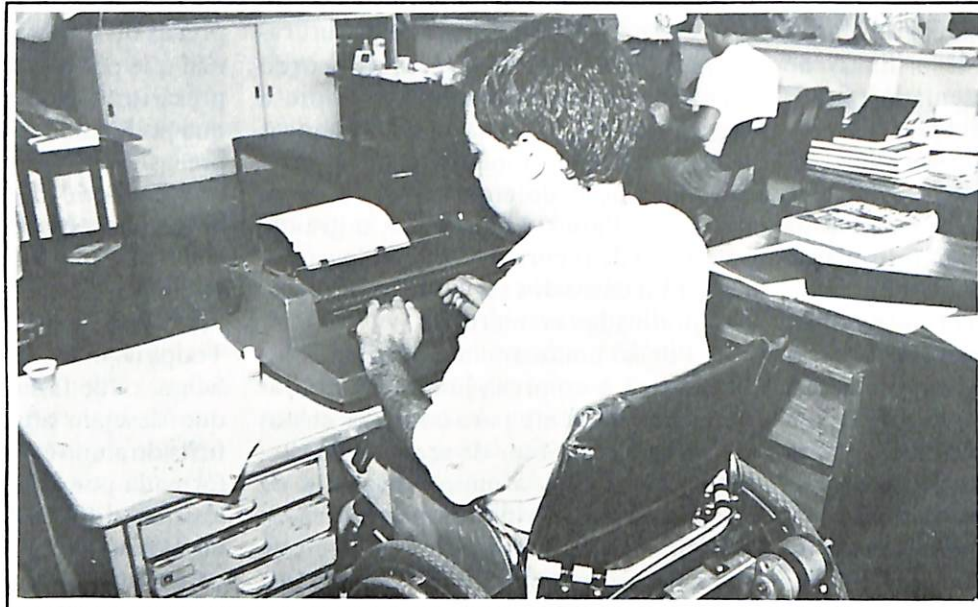
Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Isso é o que diz a frase de abertura do artigo 5º da Constituição do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, e o anseio de mais de 14,5 milhões de brasileiros portadores de deficiência. Afinal, como enfatiza um relatório divulgado pelo Centro da Vida Independente do Rio de Janeiro (leia box) –

CVI – as pessoas devem “viver na comunidade, não apenas sobreviver”.

Na visão do CVI “viver” é deixar que os portadores de deficiência mostrem que como cidadãos independentes, são capazes de gerenciar sua vida na comunidade. Sem paternalismo e sem assistencialismo, considerando que a deficiência “está” na pessoa, mas “não é” a pessoa. Para CVI, o paternalismo tem que dar lugar à equiparação de oportunidades, e a tutela tem que ser substituída pela plena cidadania.

PORTAS ABERTAS: Neste sentido muitas empresas, públicas e privadas, no país têm aberto suas portas aos deficientes. Na maioria dos casos são companhias de grande porte como White Martins e IBM do Brasil, que iniciaram programas de admissão de funcionários portadores de deficiência. Existem deficientes ainda que estão no mercado de trabalho desenvolvendo atividades profissionalizantes, através de convênios com empresas.

Em Maringá os empresários também já começaram a despertar para a necessidade de abrir espaços para os



Em Maringá os deficientes têm provado que estão aptos para o trabalho

portadores de deficiência. O exemplo mais significativo é o da Transporte Coletivo Cidade Canção – TCCC. Segundo um dos diretores da empresa, Hélio Meneghin, a TCCC contrata deficientes físicos há 9 anos. Hoje são 80 portadores de deficiência, que atuam em diversos setores. “Eles trabalham como cobradores, na administração e na manutenção dos veículos”, afirma Meneghin.

O diretor da TCCC se diz satisfeito com o trabalho dos deficientes, e garante que vale a pena investir neles. “Eles têm muita garra. Para a TCCC os portadores de deficiência deram cer-

to”, confirma.

Em outra empresa, a Motopar Retífica de Motores, o desempenho de um deficiente visual surpreendeu os diretores da empresa. “Estamos com este funcionário há mais de um ano, e ele é hoje um excelente profissional”, declara Gilson Barbiero, um dos sócios da Motopar.

Gilson garante que sua empresa também está de portas abertas para os portadores de defi-

ciência. “Hoje as contratações estão paradas por causa da realidade econômica do país. Mas, a partir de um reaquecimento da economia, poderemos contratar mais deficientes”, afirma Gilson, com a convicção de quem aprovou a experiência.

No Banestado Informática – outra empresa que resolveu investir no portador de deficiência – o único problema enfrentado por um funcionário que é deficiente auditivo foi a falta de integração com os companheiros. Isto há 10 anos, quando foi admitido. “Hoje ele tem um bom relacionamento com

O Centro de Vida Independente – CVI – do Rio de Janeiro, foi fundado no dia 14 de de-

zembro de 1988, para informar e orientar as pessoas portadoras de deficiência sobre recursos disponíveis para a promoção de uma vida “plena, produtiva e independente”. Entre as particularidades do CVI está o fato de que todos os funcionários do Centro são portadores de deficiência.

Vida independente

Com apoio de entidades filantrópicas (Lions e Rotary, por exemplo), o CVI desenvolve trabalhos de

orientação para uma vida independente, de formação de Recursos Humanos e Científicos, de consultoria jurídica, de organização de cursos e convênios, e de publicação de obras de interesse aos portadores de deficiência (como o livro com depoimentos de empresários que empregam deficientes).

Com a inauguração da APAE Rural, em setembro de 1991, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais pôde ampliar o trabalho profissionalizante que era realizado com os portadores de deficiência mental de Maringá. Instalada num terreno de 1,5 alqueire, no Contorno Sul, a APAE Rural tem hoje 126 excepcionais desenvolvendo trabalhos nas 5 unidades de produção da escola.

Na marcenaria, os portadores de deficiência produzem peças de material pedagógico para serem aproveitadas na unidade de ensino básico da APAE, ou então revendidas a creches e escolas municipais. Na sala de bordados, os alunos fazem panos de prato e aventais, para serem comercializados nas feiras assistenciais da cidade. Com sacos de estopa e retalhos de malhas, outro grupo faz tapetes.

Em outra sala, ao lado, os portadores retiram impurezas de aparas de fios de seda, para serem reaproveitados pela fiação da Cooperfios, de Maringá. E no andar de cima, a confecção de estopas com restos de malhas trabalha com a preocupação de produzir o máximo possível, já que sobra compradores. São oficinas e empresas da cidade e região metropolitana (Sarandi, Ma-

Ensino profissionalizante

rialva e Paiçandu), que procuram a mercadoria, de grande utilidade nas suas atividades.

DOAÇÕES: Em todas as unidades de produção da APAE Rural, os portadores recebem materiais doados por empresários. As confecções doam retalhos e restos de malhas para os tapetes e as estopas. Quando a doação não é possível, as empresas repassam os produtos a preço de custo. Foi dessa

forma também que a APAE conseguiu o material para a construção de dois barracões em funcionamento na escola profissionalizante.

O próximo passo da APAE Rural é a construção de mais dois prédios. Uma casa onde os alunos vão aprender os serviços domésticos, da arrumação das camas a como servir uma refeição. E mais duas salas que serão aproveitadas em novos projetos. Segundo a diretoria da APAE de Maringá, todo este esforço é para integrar o portador à sociedade ativa, e dar oportunidade para que ele possa produzir e num futuro próximo sobreviver com a comercialização da sua produção.



A APAE atende 126 excepcionais em Maringá

todos aqui, e produz como os demais funcionários”, comenta Jeff Chandler Pedrosa, gerente do Banestado Informática de Maringá.

DEPOIMENTOS: Para aproveitar estas experiências das empresas com portadores de deficiência, a Prefeitura de Maringá, através da Divisão Sócio-Cultural, coletou depoimentos dos empresários para saber como os deficientes estão se saindo no mercado de trabalho. Segundo Márcia Cristina Veltrini, uma das coordenadoras do projeto, o resultado deste levantamento será publicado num livro que será editado pelo CVI. “O livro deverá sair no primeiro semestre de 1992. Será uma coletânea de opiniões de empresários de diversas regiões do país, incluindo os maringaenses”, explica Márcia Cristina.

Ela acredita que este trabalho contribuirá para ampliar os horizontes dos portadores de deficiência no mercado de trabalho. Na opinião da coordenadora do projeto, quem ainda desconhece o potencial dos deficientes, poderá ver que eles têm condições de trabalhar como outra pessoa qualquer. Márcia Cristina acredita que seja justamente a falta de conhecimento dos empresários, o principal obstáculo para o ingresso dos deficientes no mercado de trabalho.

Já para o chefe da Divisão Sócio-Cultural da Prefeitura, César Antônio Gualberto, o deficiente deve ser visto na empresa como mais um funcionário. “Não é por causa da deficiência que o portador não poderá ser dispensado se for incompetente”, afirma. Gualberto

diz que com este tratamento, o deficiente terá mais oportunidade para mostrar suas qualidades. “Eu mesmo conheço alguns portadores de deficiência que, infelizmente, estão incapacitados para entrar no mercado de trabalho”.

Gualberto revela ainda que os empresários precisam saber aproveitar os deficientes nas suas empresas. Ele explica que até as pessoas portadoras de deficiências mais séria – como é o caso dos deficientes mentais – podem exercer funções, desde que o trabalho seja mecânico. Neste sentido a APAE desenvolve um projeto importante (leia box). O que comprova que os portadores de deficiência, quando aproveitados em trabalhos específicos e compatíveis com suas limitações, são tão competentes quanto as pessoas consideradas normais.

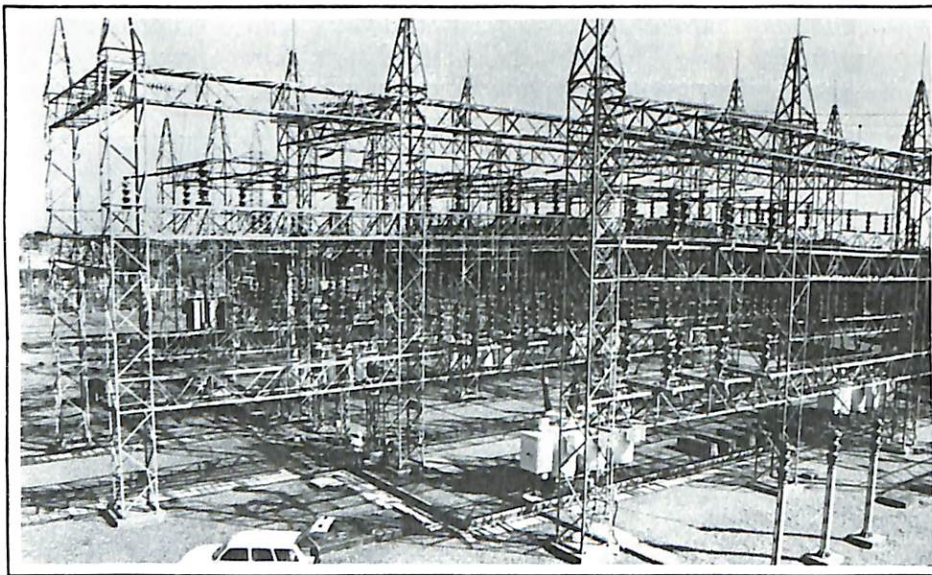
Conservar para crescer

O desperdício de energia no Brasil é “alarmante” e preocupa as concessionárias do setor. Sem uma ampla campanha de conscientização da população, o país poderá enfrentar, dentro de alguns anos, uma grave crise de energia

Ao mesmo tempo em que o Brasil tem o maior potencial hidrelétrico do mundo, o país convive com um dos maiores índices de desperdício de energia elétrica do planeta. As causas deste problema, considerado “alarmante” pelos técnicos da área, são as mais diversas. Vão de uma simples instalação de chuveiro malfeita até o projeto mal-dimensionado de uma indústria.

O descaso com o aproveitamento racional da energia elétrica é tão grande que preocupa as concessionárias do setor. Sem uma ampla campanha de conscientização dos diversos setores da sociedade civil, de nada vai adiantar no futuro o Brasil ter a maior hidrelétrica do mundo, e outras tantas em construção e funcionamento. Caso não se tome medidas para minimizar o desperdício, o país pode ficar, literalmente, no escuro. **MEDIDAS SIMPLES:** Este desperdício pode ser evitado, na maioria das vezes a partir da adoção de medidas simples e de fácil implantação, como por exemplo o desligamento de motores e máquinas quando não estão sendo efetivamente utilizados. Isto na indústria. Já no comércio, o máximo aproveitamento da luz natural e a redução da iluminação ornamental de vitrines e luminosos proporcionam uma economia que as empresas não podem desprezar.

Segundo dados da Copel – Companhia Paranaense de Energia – a simples remodelação da iluminação interna de um estabelecimento, além de evitar desperdício, pode levar a uma redução de 30% nas tarifas de energia elétrica no final do mês. “Muitas vezes uma sala tem mais lâmpadas do que o necessário. Em alguns casos apenas uma sala pode economizar o suficiente para abastecer uma casa para duas pessoas”, diz



O Brasil tem um dos maiores índices de desperdício de energia do mundo

Fucuo Curanishi, engenheiro especialista em conservação de energia, da Copel.

Isto sem contar os aparelhos eletroeletrônicos que ficam ligados sem necessidade. O correto, de acordo com Curanishi, é desligar “todo e qualquer” aparelho que não esteja sendo utilizado. Outro ponto levantado pelo engenheiro da Copel é a importância da manutenção dos equipamentos, tanto na indústria quanto no comércio. “A prevenção é fundamental para quem deseja reduzir seus gastos com energia elétrica”, observa.

MOTORES E LUMINÁRIAS: Estes cuidados com os equipamentos vão desde a simples limpeza de luminárias até a manutenção de motores. No segundo caso, além de eliminar os desperdícios, a manutenção preventiva regular dos motores aumenta a vida útil dos equipamentos. Já a limpeza das superfícies refletoras das luminárias, e uma eventual repintura, melhoram em até 60% a luminosidade do local. O uso de lâmpadas adequadas para cada tipo de ambiente é outra medida que ajuda a cortar os desperdícios.

Apesar das medidas serem consideradas simples, elas devem sempre ser acompanhadas por um profissional do se-

tor. “A presença de uma pessoa habilitada é importante porque qualquer ação isolada tende a perder o seu efeito ao longo do tempo, por melhores resultados que apresente”, afirma Curanishi. Em se tratando de conservação de energia, o processo é cíclico e o desperdício deve ser combatido no todo.

De acordo com o engenheiro da Copel, não basta a manutenção dos motores e a limpeza das luminárias. Para ele, cada tomada, ca-

da interruptor, deve ser visto como um ponto onde pode estar havendo desperdício. “De que vale desligar os equipamentos após o uso, se tenho muitos aparelhos ligados em exposição na loja?”. Curanishi lembra também que as pessoas devem estar atentas para as fugas de corrente.

As fugas de correntes ocorrem por causa de emendas malfeitas ou mal isoladas, fios desencapados ou com isolamento desgastado, além de conexões inadequadas ou malfeitas. Para evitar esse desperdício, uma das causas mais comuns de perda de energia, é necessário tomar alguns cuidados na hora de fazer emendas, ou conexões, e isolar cabos. “Usar sempre fita isolante, e unir bem as pontas dos cabos são os principais”, adverte o engenheiro da Copel.

Com estas medidas simples, mas significativas, o país vai trabalhar com mais segurança, e melhorar a qualidade dos seus produtos. A conservação de energia leva, ainda, a uma redução dos investimentos para a construção de usinas e redes elétricas, e à conseqüente queda dos custos de eletricidade, bem como nos preços de produtos e serviços. Recursos estes que poderão ser destinados à melhoria da qualidade de vida do brasileiro.

A marca do trabalho

A Sociedade Comercial Yoshida é mais um exemplo da garra do empresariado maringense. Enfrentando as dificuldades com trabalho, a família Yoshida transformou uma empresa modesta num grupo sólido e com tradição no mercado

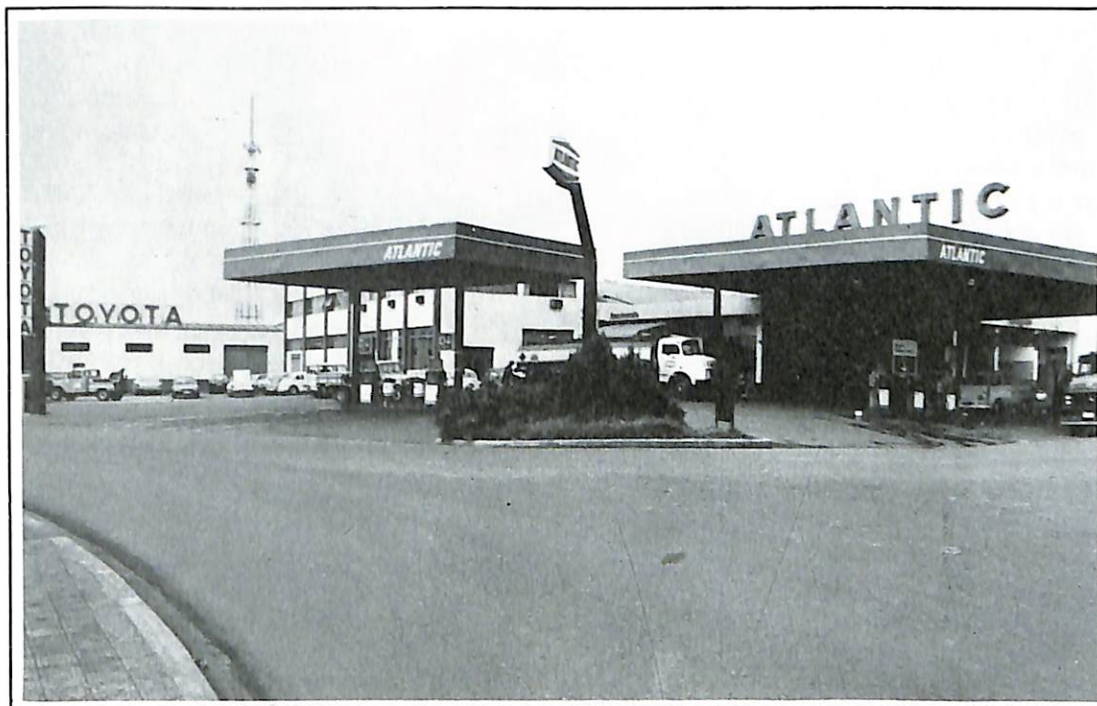
O mês de setembro tem um significado todo especial para os irmãos que fundaram a Sociedade Comercial Yoshida Ltda. Muitos acontecimentos que marcaram a trajetória da família Yoshida desde que chegou ao Brasil, se deram em setembro.

Tudo teve início quando Sonojiro Yoshida e a esposa Sumi Yoshida chegaram ao

porto de Santos, vindos do Japão, com 3 filhos ainda pequenos. Era 7 de setembro de 1935. Agricultores por tradição, os Yoshida fixaram residência no interior de São Paulo, onde por muitos anos se dedicaram às lavouras. Tupã foi a última passagem da família por terras paulistas.

Atraídos pela fertilidade dos solos do Norte do Paraná, os Yoshida resolveram conhecer a região e acabaram se mudando para Maringá. Quem relembra a chegada da família na cidade é Oswaldo Mitsuo Yoshida, um dos filhos mais novos de Sonojiro e Sumi, e também sócio da empresa. "Nós saímos de Tupã no dia 1º de setembro de 1952. A chuva nos pegou no meio do caminho, e como as estradas eram muito precárias naquela época, nossa viagem se prolongou por vários dias", conta. Eles conseguiram chegar a Maringá, depois de enfrentar muito barro e dificuldades, exatamente em 7 de setembro daquele ano. "Eu era bem pequeno mas ainda me lembro com clareza do desfile cívico que acontecia na cidade naquele dia em que chegamos", recorda Oswaldo.

Apesar da tradição da família na



Sociedade Comercial Yoshida: tradição conquistada com trabalho

agricultura, logo que chegaram a Maringá os Yoshida decidiram mudar de atividade. Seguindo os costumes das famílias japonesas, o filho mais velho foi quem tomou a iniciativa: abriu uma oficina mecânica, na avenida Morangueira. Foi assim que nasceu a Sociedade Comercial Yoshida.

TRADIÇÃO: A família toda acabou trabalhando na oficina, inclusive o pai. O segundo filho, Shunji Yoshida, que já tinha experiência em mecânica, era o responsável técnico. "Eu mesmo comecei na profissão lá na oficina", afirma Oswaldo. A empresa foi mantida durante muitos anos, onde conquistou tradição pelos serviços prestados. Até que os irmãos – eram 4 sócios no negócio – decidiram que era o momento de expandir as atividades e resolveram comprar um terreno maior, para a instalação de um posto de combustíveis e serviços.

E aí, novas coincidências com o mês de setembro. Quando foram procurar um terreno, em 1959, os irmãos Yoshida foram dar na Praça 7 de Setembro. "Nós nem sabíamos, no momento da compra,

que este era o nome da praça. Foi mesmo muita coincidência". Assim que adquiriram o terreno, os irmãos constituíram a empresa e começaram a construção do prédio. Mas somente em 1961 o posto foi inaugurado, com o nome que já estava predestinado: Posto 7 de Setembro.

Cinco anos depois, os sócios resolveram mais uma

vez ampliar as atividades da empresa. Eles adquiriram a concessionária Toyota que atendia Maringá e região. Foi desta forma que a Sociedade Comercial Yoshida passou a ser revendedor autorizado Toyota, prestando também assistência técnica e oferecendo peças para reposição.

Sempre guiada pela filosofia do trabalho, voltado à qualidade do atendimento prestado aos seus clientes, o grupo se consolidou. Hoje a Sociedade Comercial Yoshida tem um amplo mercado, que engloba vários municípios da região de Maringá. A empresa continua instalada na mesma praça, mas cresceu muito nestes anos. Empregando 46 funcionários e instalada numa área de mais de 2.400 metros quadrados, a Sociedade Comercial Yoshida é mais uma prova de que a dedicação e a qualidade dos serviços é que determinam o sucesso de qualquer empreendimento. Os 4 irmãos – Kazuo, Shunji, Oswaldo e Carlos – e mais outro sócio, Tutomo Sato, que ingressou no grupo em 1966, são um exemplo de que o trabalho supera qualquer crise.

A falência da saúde

por Neilor T. Caliari

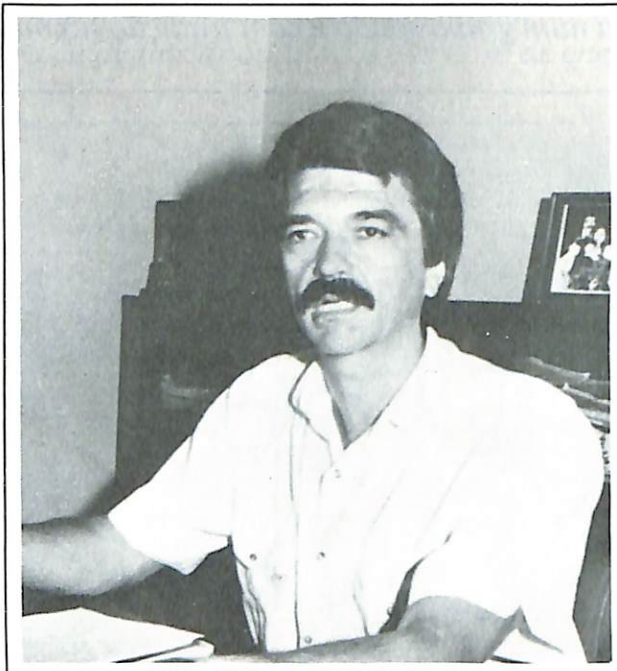
Desemprego, inflação, corrupção, cólera, desnutrição, impunidade, concordatas, são ingredientes indispensáveis para um país em pleno retrocesso. Há muitos anos os brasileiros estão entregues à própria sorte, apesar de os discursos políticos pretenderem levar o país rumo à modernidade, ao Primeiro Mundo.

É cada vez mais gritante o descaso das autoridades públicas para com o cidadão brasileiro. Batemos nossos próprios recordes de desemprego, achatamento salarial, perda de poder aquisitivo. Em uma época carregada de problemas, a vida cotidiana passa a ser um exercício de sobrevivência. Tornamo-nos uma massa disforme, amorfa, que pode ser manipulada por qualquer órgão de comunicação. Não temos a capacidade de nos reunir e discutir nossas necessidades. Estamos em retrocesso porque falta a participação efetiva de todos.

Na área de saúde, as conquistas inscritas na Constituição de 1988 praticamente não saíram do papel. Há muito tempo os médicos e seus órgãos de classe vêm alertando para o agravamento da crise na área de saúde. O diagnóstico é assustador. O SUS – Sistema Único de Saúde – que é a principal saída da crise do setor, até hoje está longe de ser realidade, porque falta vontade política para implantá-lo.

A triste realidade aparece também nos números do próprio governo. Em 1987 a participação da saúde no orçamento global da União foi de 2,48%. Em 1988 foi de 1,77%. Em 1989 a destinação foi superior – 3,14% – mas o governo executor apenas 1,19%. Em 1990 o governo Collor reduziu estes números para 0,78%.

A matemática oficial, cujos resultados na área social são sempre negativos, indica que, em contrapartida aos poucos recursos, multiplicam-se as epidemias. Somos solo fértil para todo



e qualquer tipo de doença, inclusive a causadora de todas, que é a miséria social. Afinal, entre 30 e 40 milhões de brasileiros não têm sequer água tratada, esgoto ou coleta de lixo. E 90% da população não ganha o suficiente para se alimentar de acordo com os padrões mínimos aceitáveis internacionalmente.

Sabemos ainda que a maioria das ações dos municípios situam-se no plano assistencial, das atividades curativas ou voltadas para o combate de doenças específicas, predominando a dicotomia entre prevenção e cura. Outro fato que nos preocupa é que não há uma relação de unidade entre as ações municipais, estaduais e federais na maioria dos estados brasileiros. Isso provoca uma superposição das atividades desempenhadas através de cada órgão da rede pública num único município.

A maioria das administrações municipais desconhece as características da municipalização dos serviços de saúde pública e o SUS, que são entendidos apenas como uma simples transferência de recursos financeiros e humanos, e não como uma ação dinâmica e resolutiva dos serviços públicos de saúde.

São vários os obstáculos para o

funcionamento do novo sistema. Podemos citar os interesses privados de empresários ou políticos tradicionais, que, historicamente, se beneficiaram do modelo anterior; a falta de normas que definam claramente as competências das três esferas do poder; as disparidades salariais e de cultura entre os profissionais de saúde dos três níveis de governo. E, finalmente, a excessiva centralização de informações e procedimentos pelo sistema junto à comunidade.

O médico é apenas um dos responsáveis pelas ações de saúde. É ele, em essência, quem efetua o tratamento do povo. Por isso ele estudou e continua a estudar, a se preocupar com sua contínua formação, a se sacrificar. A não

ser que melhorem suas condições de trabalho, que receba um salário justo (uma consulta paga pelo SUS em janeiro estava em Cr\$ 1.088,00, em valor bruto. Com impostos, despesas e atrasos o valor recebido cai para a metade), o sistema não prosperará.

A persistir o quadro político atual, só nos resta o circo, as novelas de televisão, os shows de marketing político e a encenação de peças de gosto duvidoso, que se repetem todos os dias em todos os setores: grandes programas são anunciados, recursos são “liberados”, casas são “construídas”, o salário mínimo “aumenta”, a inflação “cai”, as filas para marcar consultas “acabaram”.

O retrato atual do Brasil é este, desorganizado, inconseqüente, sucateado. Aqui os bons programas e as boas idéias não são implantados. E a classe política, que deveria ser a tropa de choque para encetar as transformações, nada fazem. Em vez de termos uma política de saúde, temos políticos na saúde. A persistir esse quadro, o prognóstico é desalentador.

Neilor T. Caliari é médico neuropsiquiatra em Maringá.

A SUA MELHOR IMPRESSÃO, AGORA ESTÁ EM NOVO ENDEREÇO: R. NÉO ALVES MARTINS, 1.124 - MARINGÁ



ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO
DE EMBALAGENS NAS ÁREAS DE

• CALÇADOS E CONFECÇÕES:

Caixas de Camisas,
Cuecas, Langeries, etc.

• ALIMENTOS:

Caixas para gelatinas em pó,
alimentos congelados, hamburger
chocolates, doces, etc.

• PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Caixas para cosméticos,
remédios, etc.

• BRINQUEDOS:

Caixas para brinquedos,
bonecas, etc.

Para qualquer outro produto desde cartão
duplex ou triplex 250g a 450g plastificadas
ou envernizadas, e também em duplex Fri-
gor.

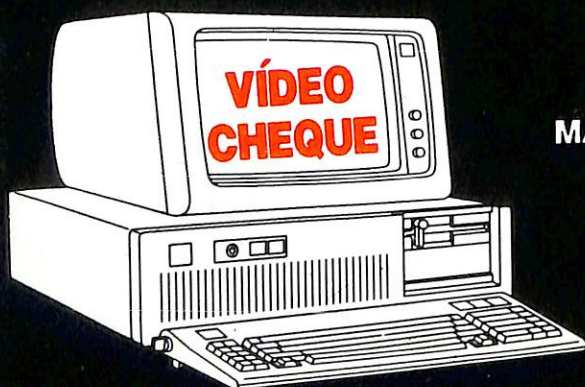
G R A F I C A
BOAVENTURA

TALÃO DE CHEQUES EXTRAVIADO? Crédito ameaçado!

Se você perdeu seu talão de cheques, avise imediatamente seu banco e a Associação Comercial e Industrial de Maringá. Em mãos inescrupulosas, tais cheques poderão ter uso criminoso, comprometendo seu bom nome e pondo em risco seu crédito comercial.

Telefone para:

26-2299



MAIS UM SERVIÇO DA

